



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 453 - DE 21 DE ABRIL A 05 DE MAIO DE 2013 - R\$ 3,00



**Alta dos preços
e demissões nas
fábricas:
Responder com
a luta grevista!**

**Professores
de S. Paulo
em greve pela
reposição salarial
e estabilidade**



**Explosões em Boston:
expressão do ódio
ao imperialismo**



**Por um 1º de Maio de luta,
classista e socialista!**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Responder à alta do custo de vida com o programa proletário

O controle da inflação por meio de uma meta que vai de 4,5% a 6,5% anual foi rompido em março, chegando a 6,59%. Os banqueiros e aplicadores, finalmente, fizeram com que o Ministério da Fazenda e o Banco Central retornassem à elevação da taxa oficial de juros, a Selic, de 7,25% para 7,5%. Foi a segunda elevação, depois de um ciclo de baixa. O governo de Dilma Rousseff (PT) não foi capaz de reagir às pressões do capital financeiro.

Os petistas seguem a prescrição de que enquanto a população contar com emprego e com um crescente nível de consumo a crise econômica é contornável. Eis por que vem desonerando os capitalistas com redução de impostos, contando com a sustentação da taxa de emprego. As multinacionais se valem das bondades do governo federal, mantendo seus lucros.

Mas a alta inflacionária despontou como outra ponta do perigo. Dilma Rousseff decidiu baixar o preço da energia elétrica, valendo-se do poder de concessão aos capitalistas que exploram a geração e transmissão. Logo se evidenciaram os limites de sua capacidade de impor a meta estabelecida de redução.

Os capitalistas atingidos reagiram na Bolsa de Valores. A oposição burguesa atacou a medida, acusando-a de desmontar o setor elétrico. E a imprensa vendida se encarregou de fazer a campanha. Os capitalistas da indústria ficaram com o governo. O resultado, porém, é que apenas parte da redução chegou à população. Tem fôlego curto, logo se dissipará.

A alta dos preços dos alimentos começou a se mostrar insistente. O governo decidiu cortar impostos e desonerar a folha de pagamento do comércio – a exemplo do que fez para as multinacionais. Dilma Rousseff se reuniu com os capitalistas do grande capital comercial. Anunciou “aos brasileiros e às brasileiras” que novas ações estavam sendo tomadas em defesa dos consumidores.

Os supermercadistas que monopolizam a comércio fizeram de conta que apoiavam o governo na cruzada contra a inflação. Os preços básicos continuaram subindo, sem que Dilma pudesse exigir nada dos poderosos comerciantes.

Os porta-vozes dos banqueiros e magnatas da especulação tocaram freneticamente suas trombetas – o Banco Central tinha de agir com “independência” e voltar a ser o órgão controlador da inflação, os juros são a arma para enfrentá-la. Guido Mantega cedeu e se pôs de acordo com Alexandre Tombini. O Comitê de Política Monetária (Copom), controlado pelo capital financeiro, retornou à escalada os juros. O aumento de 0,25% na Selic não mudará a tendência de alta dos preços, reclamaram os especialistas que servem aos especuladores.

Os preços dos alimentos é que mais subiram generalizadamente. A agricultura está em grande medida voltada para os produtos de exportação. Cresce o empenho do agronegócio em produzir mais para o mercado externo e decresce a produção de alimentos para o mercado interno. O capital comercial se aproveita dos desequilíbrios para especular com os preços dos produtos alimentares. Os dados mostram que a produção do arroz e do feijão vem caindo. Contribuiu com um aumento de 20% para a alta do custo da cesta básica. Os camponeses que sustentam a agricultura de bens de consumo interno estão desprotegidos, enquanto os agroindustriais da monocultura da soja e milho recebem quase todos os favores do Estado.

Com a elevação dos preços do arroz, feijão, trigo, farinha de mandioca, frutas e hortaliças, levantam vozes entre os burgueses para dizer que o povo está comendo mais e que as quebras agrícolas desequilibra-

ram a oferta e a demanda. A perspectiva é a de que os brasileiros, ou seja, a maioria pobre e oprimida no capitalismo, terá de conviver com um surto de altas dos preços básicos. Os reajustes salariais do ano passado já foram corroídos. O salário mínimo perdeu seu pequeno poder de compra com o aumento da cesta básica.

Governo e oposição se digladiam em torno das explicações e das medidas de política econômica do governo peto-peemedebista. A burocracia sindical está alinhada ao governo e tudo faz para protegê-lo das investidas do PSDB e seus aliados.

A classe operária não se deve deixar envolver pelos embates interburgueses. O nosso ponto de partida é distinto dos exploradores, que movimentam seus negócios em busca do lucro, não importando como conseguiu-lo, se obtendo maior produtividade da força de trabalho ou se especulando com maestria.

Nosso ponto de partida é a da defesa da vida dos assalariados e dos pobres do campo. Não nos importam as explicações do governo, dos capitalistas e de seus venais especialistas. Sabemos que trabalhamos duro e produzimos montanhas de riquezas em troca de um salário que mal dá para a família sobreviver. Os capitalistas se apropriam de tudo e comandam a economia como bem entendem e como suas disputas permitem. Os assalariados não decidem nada sobre a política econômica do governo, sobre o Banco Central, o Copam, etc. Apenas recebemos o impacto do sistema capitalista de exploração do trabalho e de acumulação de capital.

O fenômeno da inflação (ou deflação) é uma manifestação da anarquia da produção social capitalista. Manifestam-se como consequências da crise estrutural do capitalismo. Está aí por que rechaçamos qualquer explicação da burguesia e de seus agentes. Como dissemos, nosso ponto de partida é a defesa da vida dos assalariados e da classe média pobre.

Eis nossa resposta: **QUE SE IMPLANTE A ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE**. Subiram os preços, sobem os salários na mesma proporção. Não tem outra forma de proteger a população do capitalismo em decomposição e da burguesia parasitária. Mas a luta pela **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE** deve fazer parte de um programa de proteção dos explorados, que inclui o emprego a todos por meio da **ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO**. Não se pode ter ilusão de que o capitalismo sustentará a baixa taxa de desemprego dos últimos anos e não se pode admitir a farsa burguesa de que são poucos os desempregados do País. Absolutamente, não! São milhões de desempregados. A **ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO** é o único mecanismo de emprego a todos. Isso porque divide as horas nacionais usadas na produção entre todo aptos ao trabalho, desta divisão resultará a jornada de trabalho que porá fim ao desemprego estrutural. Milhões de famílias sobrevivem com o salário mínimo de fome. A bandeira operária contra essa violência da exploração capitalista é: **SALÁRIO MÍNIMO VITAL**. Deve ser calculado não sob o tãção dos interesses dos capitalistas, mas sob a necessidade real de existência digna da família operária. Somam-se todos os itens imprescindíveis para uma família de quatro pessoas, aí teremos o **SALÁRIO MÍNIMO VITAL**.

Esse é o ponto de partida da luta operária contra a pobreza, a miséria e a fome. A união de todos os explorados nacionalmente em torno dessas reivindicações fortalecerá a luta pela revolução proletária, que abolirá a propriedade privada dos meios de produção e iniciará as transformações socialistas no Brasil. A revolução proletária permitirá os explorados tomarem em suas mãos a economia e planejá-la de acordo com as necessidades coletivas.

PT, PMDB e DEM se unem em torno da reforma política antidemocrática

Há tempo o PT vem falando em reforma política. O julgamento do “mensalão” reforçou a tese de que o grande problema da democracia eleitoral está no financiamento de campanha. Os petistas não negam seu envolvimento com o esquema de Marcos Valério, mas o atribuem tão-somente ao caixa dois de campanha. Todos os partidos que recebem dinheiro dos empresários usam esse expediente. Então, dizem os petistas, a falta de transparência é um vício do sistema que deve ser sanado com o financiamento público de campanha.

Segundo Marcos Sokol, do jornal “OTrabalho” (lambertista), em um obscuro artigo sobre a reunião do Diretório Nacional do PT (12 de abril), refere-se “ao tom moralista (dinheiro suja o voto, não basta ficha limpa)” da proposta publicitária elaborada pelo marqueteiro João Santana. As discussões sobre a melhor forma de se financiar os partidos que concorrem nas eleições mais acobertam do que revelam o fundo do problema: as eleições são um mecanismo de poder da burguesia.

Sobre o processo eleitoral age o poder econômico. Qualquer que seja a forma de financiamento, os partidos da burguesia serão financiados pelas empreiteiras, bancos, agroindústria, etc. Os partidos de esquerda legais se dividem entre os que aceitam uns trocados de alguns capitalistas e os que não aceitam. Cria-se a ilusão de que uma lei de financiamento público poderá democratizar o sistema de dominação oligárquica.

O Partido Comunista (PCB), por exemplo, publicou no seu jornal Imprensa Popular um artigo sobre a reforma política em que prescreve uma fórmula. Diz que não tem ilusão de que se porá fim ao financiamento privado, mas que se pode obter avanço se se alcançar um critério de distribuição dos fundos públicos. Eis: “Lutamos também para que o valor a que cada partido tenha direito seja dividido em duas parcelas iguais: uma correspondente à divisão igualitária entre os partidos e outra em função de número de deputados federais eleitos, sob pena de se congelar o quadro partidário brasileiro, no caso de o financiamento privilegiar o segundo fator.”

Esse critério do PCB é compatível com o predomínio dos grandes partidos e com a hierarquia determinada pela capacidade da máquina eleitoral. Mas nada que se pareça mais democrático será aceito pelo atual Congresso Nacional e pelo governo do PT. A proposta do PCB é um enfeite. É bem provável que toda esquerda legal se agarre no financiamento público de campanha, aspirando receber da democracia burguesa algum recurso para promover suas metas de crescimento.

A situação seria outra caso os explorados contassem com um partido revolucionário, que tivesse conquistado uma posição de luta independente no interior da democracia burguesa. Os recursos materiais de campanha seriam determinados pela confiança das massas que contribuiriam com o seu partido. Essa é a única forma de se lutar no seio das instituições burguesas (parlamento, eleições) como parte do objetivo de

libertar os oprimidos das ilusões democráticas. Essa é a experiência deixada pelo bolchevismo, pelo leninismo. Sem esse partido, não se pode conquistar de fato posições democráticas que potencializem a luta de classes contra a burguesia e o seu Estado.

As esquerdas que dependem do financiamento público de campanha estão amarradas à democracia oligárquica do Brasil. É do seu interesse uma melhor distribuição de recursos. Sua orientação de estruturação partidária e crescimento dependem do quanto se valem das eleições. Mas não passa de uma aspiração, de um sonho.

O PT, que nasceu com a democracia nos lábios, prometeu a democratização do Estado, comprometeu-se a varrer a velha oligarquia e ofereceu-se a constituir um governo democrático e popular, acaba de fazer o Congresso aprovar um projeto de lei sobre o fundo partidário e o tempo de propaganda nas tevês e rádios segundo o figurino dos partidos oligárquicos e as disputas internas pelo poder.

O projeto aprovado na Câmara dos deputados, que depende agora da decisão do Senado, modifica drasticamente a proporcionalidade vigente quanto à distribuição do tempo na mídia e quanto à cota do fundo público. Dois terços do tempo gratuito de campanha continuam sendo distribuídos proporcionalmente de acordo com o número de representantes na Câmara a cada candidato à Presidência. Mas um terço restante que era distribuído por igual entre os partidos concorrentes sofreu alteração. Segundo a emenda apresentada pelo deputado Ronaldo Caiado, do DEM, apoiada pelo PT/PMDB, o terço restante será dividido em duas fatias: dois terços serão distribuídos proporcionalmente a quantidade de votos que os deputados obtiveram nas eleições de outubro de 2010 e um terço para todos os partidos.

A restrição aos novos partidos que estão sendo criados – como o da Rede Sustentabilidade – e aos de esquerda sem representação parlamentar é drástica. Dos 50 minutos diários utilizados na campanha eleitoral na mídia, os partidos sem representação ficarão com a quirela de 333 segundos. Ou seja, 333 segundos serão divididos entre sete partidos, cabendo a cada um pouco mais de 47 segundos. Outra inovação é a emenda do DEM que proíbe a transferência do tempo de propaganda e dos recursos do Fundo Partidário para os deputados que mudarem de partido.

Tais mudanças criaram um curioso alinhamento partidário. O DEM se juntou ao PT e PMDB. O PSB e PDT se juntaram com o PSDB para derrubar no Senado ou no STF a decisão da Câmara Federal. O novo aparato montado pelos politíqueiros em torno de Marina da Silva excomungou a presidente Dilma Rousseff por colocar em seu caminho uma pedra intransponível. O governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), que articula sua candidatura a presidência e, portanto, se afas-

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

ta da base governista considera essa medida um cerceamento às suas pretensões.

O PSDB vê com bons olhos a ruptura de Campos com o governo e a formação do partido de Mariana. Tanto Campos quanto Marina arranca votos do PT no Nordeste, de onde parte a sua vitória. Eis o sentido da mini-reforma petista sobre campanha eleitoral. Mas há outro aspecto que aparece como efeito colateral. O projeto atinge a esquerda legal. A burguesia não se conforma que o PSTU (o PCdoB está corrompido até os ossos) e o PCO tenham acesso aos meios de comunicação e recebam contribuição do fundo partidário, ainda que mirrado. Com a nova medida, vão ser quase que apagados do mapa eleitoral.

O que se nota é que a tendência da democracia adotada pela burguesia com o fim da sua ditadura militar é a de se tornar mais e mais fechada a poucos partidos, que expressem mais definidamente o grande capital e setores da média burguesia. O PT está servindo a essa tendência. É bem possível que, se essa via prosperar, as esquerdas, mais ou menos eleitoreiras, sintam seus pés se apertarem na pequena forma de seus sapatos.

Ao invés do PT democratizar o Estado, como prometia, está servindo à velha oligarquia burguesa que foi incapaz de pôr em pé uma República democrática. Os opositores burgueses, por sua vez, somente reclamam porque não estão no poder e se

sentem limitados para voltar onde sempre estiveram e acham que devem estar.

Os partidos da burguesia – o PT se transformou em um deles – podem sustentar essa caricatura de democracia porque a classe operária se encontra amarrada no velho tronco que vem desde o escravismo. Lembremos que o longo período de crise revolucionária aberto em 1922 somente se fechou com o golpe militar de 1964 e com as duas décadas de ditadura. A atual democracia dos capitalistas se assenta na estabilidade política estabelecida pelo regime autoritário.

A tese da democratização do PT se mostrou mentirosa. A vontade do PCB de achar um caminho de progressividade na democracia é tão mentirosa quanto a do PT. As massas estão completamente alheias às manobras partidárias. Assim que a crise atingi-las em cheio vão se chocar com a ordem constituída pela democratização de 1985. As reivindicações democráticas, sem dúvida, emergirão numa primeira etapa, mas com conteúdo completamente distinto das aparências criadas pelos partidos burgueses.

A tarefa da situação é a de defender o programa de reivindicações dos explorados, a de denunciar as disputas interburguesas e a de lutar pela independência política do proletariado. Construamos um poderoso Partido Operário Revolucionário, que se imporá perante a burguesia e sua democracia oligárquica.

Redução da maioria penal – mais uma medida de opressão burguesa

Respondemos à criminalidade com o programa proletário

O assassinato do rapaz Vitor Hugo Deppman por um menor que completaria 18 anos serviu para o governador Geraldo Alckmin (PSDB) apresentar um projeto para mudar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O que se pretende é reduzir a maioria penal.

A iniciativa do governo aumenta a penalidade do menor que cometa crime grave, de 3 anos previstos no ECA para 8 anos; transferência do menor confinado na Fundação Casa para o presídio comum assim que completar 18 anos; e outros agravantes penais.

O governador brilhou em sua imediata mobilização para responder à indignação da classe média. A imprensa explorou ao máximo a dor da família e a sua representativa condição de classe média que tem se horrorizado com a proliferação da violência criminal.

O jovem assassino que completaria a maioria três dias depois do crime pertence a uma família favelada. Favela esta incrustada no bairro de classe média do Belém. Motivo do assassinato: assalto armado para roubar um iPhone.

A banalidade é chocante. E como tal acoberta a raiz social da crescente criminalidade praticada por menores. “Entre o fim de 2002 e o início deste mês, a quantidade de adolescentes internados na Fundação Casa cresceu 37% e chegou ao recorde de 9.016”. É o que relata o jornal O Estado de São Paulo. A detenção de jovens por tráfico de drogas avança firmemente. Somados, o tráfico e o roubo chegam a quase 90% dos casos. Mas o homicídio, furto e latrocínio atingem 3,4%. Calcula-se

que 134 adolescentes estão confinados na Fundação Casa por homicídio e latrocínio (roubo seguido de morte).

Os defensores de uma pena mais dura para o jovem que adentrou para o crime de sangue alegam que a impunidade faz o criminoso. É o que acreditam os pais que perderam inesperadamente o filho. E é o que o governador de São Paulo e toda a imprensa querem que a classe média afetada acredite.

Como a esmagadora maioria dos jovens infratores vem de famílias pobres, das favelas e bairros populares encharcados de miséria, poucos podem negar as óbvias causas sociais. Mas insistem que a impunidade é que está fazendo tanto estrago. A burguesia, seu Estado, seus partidos e sua imprensa necessitam desse motivo para ocultar a falência do capitalismo em possibilitar uma vida à maioria oprimida que elimine pela raiz as causas da criminalidade.

O agigantamento do aparato jurídico-policial-prisional e o conseqüente recrudescimento da repressão são notórios. Sua expansão se faz conforme se manifestam as contradições entre a riqueza concentrada e a pobreza generalizada.

Muito se tentou negar a lei econômica do pauperismo crescente do sistema capitalista de exploração do trabalho, demonstrado por Marx e Engels. No entanto, os fatos não fazem senão confirmá-la. A riqueza cresceu enormemente no Brasil, ampliou-se a classe média abastada e também a imensa pobreza da maioria. Todos os grandes centros urbanos – inclusive de cidades médias interioranas – carregam em seu ventre gigantescas favelas e imensos bairros de assalariados, de trabalha-

dores informais e de desempregados empobrecidos.

Não é preciso finas estatísticas para demonstrar essa realidade, é vista a olhos nus. Aí se encontra a sementeira da violência criminal. Mas o ordenamento jurídico do capitalismo não concebe como crime a burguesia impor a miséria, obrigar milhões a viver com menos de um salário mínimo que é de fome e a arcar com longos períodos de desemprego. Não é considerado crime morrer de fome e de doenças curáveis. A miséria, a fome, o desemprego e o monstruoso salário mínimo são normais, expressam a economia, a vida social, etc. Mas a criminalidade é tida como uma anormalidade, uma anomalia, uma excrescência. Ocorre que essa anomalia é engendrada pela normalidade. Não haverá repressão que consiga aplacá-la e debelá-la.

O engrandecimento do aparato jurídico-policial-prisional faz parte da anomalia. Não por acaso é parasitário - serve para proteger a propriedade privada dos meios de produção, para disciplinar o caos social, reprimir os pobres, ainda mais se for negro.

A família de Victor Hugo não compreende que o rapaz foi morto por determinações econômicas profundas, que não a simples posse de um sofisticado celular. O capitalismo matou seu filho. A família do jovem assassino, por sua vez, também não compreende que o seu filho se transformou de potencial trabalhador em um sanguinário.

A Sra Maria Rita Rielo Deppman declarou à imprensa: “Vou correr o País se for necessário para mudar a lei. A morte de meu filho não vai ser só uma estatística. A gente age como se a violência fosse normal, mas não é. O crime foi banalizado e já não choca tanto”. E confessa: “A verdade é que antes eu não tinha feito nada de prático, nem fui na passeata por mais segurança no bairro.”. Aproveitou e se referiu ao júri que julga o massacre no presídio do Carandiru, em outubro de 1992, para comparar a situação. Os 111 presos mortos são motivo de um movimento que pede justiça. Pergunta: “Tem uma cruz pelo meu filho lá”?

Como se vê, tem toda razão em dizer que a violência não é normal. A normalidade seria uma sociedade harmônica, em que prevalecem relações sociais de cooperação e complementaridade humana. Mas essa sociedade somente será construída sobre os escombros do capitalismo – a sociedade sem classes, sem exploração do homem pelo homem, sem acúmulo de riqueza e de pobreza, portanto, a sociedade socialista tornará a violência (não somente a criminal) um fenômeno pré-histórico do homem.

O fato é que anormalidade do crime vem da normalidade da miséria, da exploração capitalista do trabalho. O crescimento dessa praga daninha a torna normal, já não é uma excrescência. Os crimes de morte comparecem “normais”, “não mais chocam”, porque são parte da vida econômica e social do capitalismo. A burguesia impede que a população tenha consciência real das tragédias. E seus ideólogos se encarregam de formar falsas explicações.

O capitalismo alcançou uma capacidade produtiva e um alto grau civilizatório que permite reduzir e eliminar todas as formas de criminalidade. Mas ocorre o oposto, a produtividade e a civilidade, sob a forma de capital, de riqueza concentrada e de pobreza da maioria, se convertem em barbárie.

A criminalidade, Sra Maria Rita, é parte da normalidade social do capitalismo em decomposição. A banalização da morte começa no berço dos miseráveis. A burguesia exploradora é



a responsável por essa banalização. Não foi um erro a senhora não ter participado na passeata do Belém promovida pelos comerciantes por segurança. O erro está em não compreender que a segurança exigida é a de aumentar a polícia e sua letalidade. Não haverá segurança. Haverá apenas a militarização dos conflitos sociais. Os negociantes querem apenas assegurar o seu patrimônio.

A campanha que a mãe ferida quer fazer sob a bandeira do governador Geraldo Alckmin não é para varrer a criminalidade, mas de apenas aumentar a repressão do Estado. Desgraçadamente, Victor Hugo será mais um nas estatísticas. Mas não somente Victor Hugo. Também o jovem assassino será mais um número nas estatísticas do capitalismo decadente e bárbaro.

A polícia invadiu o casebre da Favela Nelson Cruz, mesmo depois do menor assassino ter sido entregue à justiça pela mãe. É o que a PM faz quando se trata de favelados. A família inteira é tomada como suspeita. A irmã do assassino respondeu ao jornal: “Eu, no lugar da família do menino que morreu, estaria revoltada. Mas não podem condenar minha família. Quem fez isso foi meu irmão e ele está pagando por isso. Se eu fosse vítima, pobre morando em um barraco, ninguém ia falar nada”.

A reportagem constatou que a mãe desconsolada levou o filho ao Fórum da Infância e disse não entender como pôde cometer tal crime se foi criado em um lar evangélico. Como a mãe de Victor Hugo de classe média não entende que o capitalismo matou seu filho, a mãe miserável da classe operária não entende que o capitalismo fez de seu filho um assassino.

A religião não impede que milhares e milhares de jovens presos à miséria sejam arrastados ao crime por força da economia e das relações sociais. Mas a religião impede que a mãe evangélica entenda que o menino educado no mandamento “não roubarás, não matarás” foi empurrado para o crime, como milhares de outros jovens. As condições materiais de existência é a única fonte segura de explicação por que o ser humano se torna uma fera contra outros seres humanos.

O número de jovens pobres, a maioria de negros, assassinados diariamente não passa de estatística. São 140 mil jovens entre 18 e 24 anos presos no País. Não passam também de estatísticas. A mortandade promovida pela polícia, grande parte por execução, é considerada inevitável pelos governos. O raciocínio é simplista: os bandidos estão mais armados, mais organizados e mais violentos, logo a polícia mata mais. Não senhores burgueses, os criminosos se armam mais porque a polícia mata mais. São as relações econômicas e sociais que engendram o grau de violência e não o contrário. E essas relações são de exploração, concentração de riqueza e agigantamento

da miséria.

Alckmin telefonou imediatamente para os pais de Victor Hugo para falar sobre seu projeto de maioria penal. A imprensa ecoou a imundice do governador como se fosse uma solução abençoada para o aumento da criminalidade de jovens (e até de crianças).

Os jornalistas pagos para dizer o que a burguesia quer levantaram a tese da consciência do crime. Um jovem de 16 anos já saberia avaliar sua condição de criminoso. O vereador do PPS, Ari Friedenbach, diz que há estudos que comprovam “que crianças de 12 anos são perfeitamente conscientes de suas atitudes e consequências”. Por que então não reduzir a maioria para colocar os jovens criminosos na cela comum, em vez de puni-los apenas com 3 anos de detenção na Fundação Casa? Esse argumento indica terminantemente que o capitalismo não tem como recuperar nem menores, nem maiores de idade que se lançaram ao crime.

O Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), com o objetivo de protegê-los contra as malefícências da sociedade. Nunca pôde ser aplicado no essencial: livrar a maioria da violência da exploração e da miséria capitalistas. Mas lá está consagrada a maioria penal. Em apoio à Alckmin, o ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardoso, se mostrou favorável à mudança: “O ECA representou um grande avanço quando foi criado. Mas temos de abrir a discussão permanente para refletirmos o que deve avançar.”

Por que no passado foi um avanço e agora não é mais? Ocorre que as condições sociais de miserabilidade e de criminalidade se agravaram. Mais jovens estão sendo arrebanhados pela burguesia narcotraficante e toda sorte de infração. A burguesia e seus governos não têm como tocar nas causas da barbárie, então mudam as leis, tornando-as mais repressivas. Sentem-se pressionados pela classe média que está aterrorizada pela amplitude da criminalidade, então consideram aumentar a penalidade.

É mais do que conhecida a situação de promiscuidade e de violência que impera na Fundação Casa, que não passa de

um presídio disfarçado. Uma reportagem de pé de página do Estado de São Paulo relata a experiência de um menor de 16 anos que, confinado em uma unidade de internação provisória por tráfico de drogas descreveu: “A unidade em que eu fiquei devia ter quase 200 pessoas. No meu quarto, tinha 50 camas, mas eram 80 pessoas. Trinta dormiam no chão”. “(...) Tinha um moleque que inventou de fazer greve de fome, ele e mais três. Eles apanharam, mas todo o quarto teve de pagar.”

Essa é a imagem precisa das instituições estatais concebidas para recuperar os menores.

No passado não muito distante, crime era coisa de adulto. A situação mudou, cada vez mais uma multidão de jovens amadurece mais cedo para a criminalidade. E inúmeras crianças cada vez mais despertam para o mundo adulto das armas. Ficou famosa a gang de Heliópolis constituída por crianças de 9 e 14 anos. Os jovens e crianças proletários, favelados, esmagados pela riqueza do capitalismo e atraídos pela suntuosidade da classe média abastada, que vão para o crime devem ser vistos antes de tudo como vítimas. É preciso, portanto, repisar e repisar – o capitalismo em decomposição não pode assegurar um futuro para as crianças e jovens que nascem no berço da miséria.

A solução virá da revolução proletária. Virá da expropriação da propriedade capitalista dos meios de produção. Virá da sua transformação em propriedade social. Virá da conquista da igualdade entre os seres humanos, extinguindo-se a exploração e a escravização do homem pelo homem. O programa da classe operária responde à defesa das crianças e jovens. Lutamos para que todo jovem tenha emprego e vá à escola. Que sua jornada de trabalho seja compatível com a jornada de estudo (o máximo de quatro horas na produção e o restante para estudo e lazer). Que seja implantado o salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste. Que nenhuma família sobreviva com menos de um salário mínimo vital. Fim do desemprego, implantando-se a escala móvel das horas de trabalho.

ABAIXO A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL!

LUTEMOS EM DEFESA DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS COM O PROGRAMA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

Cresce a repressão sobre as greves operárias de Belo Monte

A usina hidrelétrica de Belo Monte vem sendo erguida às custas de violenta exploração e repressão sobre os operários. O Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) não cumprir sequer as decisões previstas no acordo coletivo. Conta com a Força Nacional de Segurança, que fechou as entradas dos canteiros de obras e obrigou trabalhadores em greve a entregarem documento de identificação, que foram encaminhados aos Recursos Humanos da empresa. Até trabalhadores que estavam apoiando a greve tiveram seus documentos confiscados. Age, portanto, para aterrorizar os grevistas e criminalizar os apoiadores.

A denúncia da Força Nacional de Segurança feita pelos operários é contundente: “Trata a gente como bandidos. A Força bloqueou os acessos aos canteiros e forçou os trabalhadores rebelados a entregarem seus cartões de identificação, para que fossem encaminhados ao RH e demitidos”. O resultado está aí: 450 operários foram demitidos.

O CCBM tem, ainda, a seu favor as leis, a Justiça, a burocracia

sindical e os governantes. E dispõe, também, de um exército de operários miseráveis que migram para a região em busca de trabalho.

Os conflitos e as greves são constantes, desde o início da obra. Tomam a forma de greves-levantes. Instintivamente, os operários reagem às medidas truculentas das empreiteiras, paralisando o trabalho e usando os métodos da ação direta. A imprensa burguesa e os capitalistas rotulam essas greves como atos de “terrorismo” e punem os lutadores com prisões, processos e demissões. A burocracia sindical, ligada a direitista Força Sindical, acusa os grevistas e a Conlutas de incitar o descontentamento na usina. Mas o que não pode esconder é a violenta escravidão a que estão submetidos os milhares de operários de Belo Monte.

No dia 5 de abril, os operários se colocaram novamente em greve. Enfrentaram a repressão desfechada pela Força Nacional de Segurança e cerca de 450 trabalhadores foram demitidos. O estopim da greve foi a morte do operário que trabalhava na

derrubada de árvores e o não cumprimento do acordo coletivo de novembro, que previa a redução dos intervalos entre as baixadas e o adicional de confinamento. Em função das barbaridades e do desaparecimento de um operário cometidos pelo CCBM, os grevistas decidiram denunciá-lo nos órgãos trabalhistas, judiciais e no Legislativo de Belém, capital do estado. Exigem uma audiência com o governo diante das ameaças, das centenas de demissões e do não cumprimento do acordo coletivo por parte do Consórcio que controla as obras da usina.

A luta dos operários de Belo Monte tem servido de lição para o conjunto da classe operária. Apesar da distância que separa esses milhares de operários dos demais trabalhadores das cidades, o combate dos operários das usinas ascende o caminho da resistência coletiva contra a exploração do trabalho. Apesar da brutal repressão dos capitalistas e do governo por meio da Força Nacional de Segurança e das polícias locais, os operários de Belo Monte não se curvam e não se intimidam quando se trata de defender suas reivindicações vitais. No entanto, estão obrigados a enfrentar o obstáculo da direção sin-



dical - Sintrapav (Força Sindical) – que atua contra o instinto de revolta dos explorados. Mas será em meio a esses combates que o proletariado de Belo Monte forjará uma nova direção. Os operários de Belo Monte veem nos lutadores sua verdadeira direção e rechaçam os burocratas sindicais vendidos.

Rechaçar as denúncias da Fenatrocop contra a Conlutas

O presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores nas indústrias da Construção Pesada (Fenatrocop) denunciou a Conlutas de fazer “marketing sindical”, de “práticas antissindicalistas” e de “ações irresponsáveis” fora de suas bases. E elogiou o Sintrapav, sindicato da categoria, de “conquistar um acordo coletivo para os trabalhadores de Belo Monte”. Fazem a denúncia

Rondonia

Greve de Jirau e Santo Antônio e o papel traidor da burocracia cutista

Governo do PT utilizou a Força Nacional de Segurança para impor aos operários, que trabalham nas maiores obras do PAC (as usinas de Santo Antonio e Jirau em Rondônia e a de Belo Monte no Pará, e as obras dos estádios para a Copa), a brutal escravização do trabalho. Mas os operários têm se levantado constantemente contra a exploração e contra a repressão militar e patronal.

No mês de abril, 25 mil operários das hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau entraram novamente em greve, reivindicando direitos trabalhistas e a reposição das perdas salariais.

A assembleia, realizada no dia 03/03 no canteiro de obras das Usinas do Rio Madeira, Jirau e Santo Antônio, convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção (STICCERO), com apoio Confederação dos Trabalhadores da Construção e Mobiliário (CONTICOM) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi discutida a pauta de reivindicações. Depois que os burocratas apresentaram as reivindicações e os discursos do presidente do STICCERO, Raimundo Soares; do presidente da CUT, Itamar Ferreira e do representante da CONTICOM, Claudinho, os operários defenderam mais duas reivindicações: uma folga por mês e uma 13ª cesta básica. Uma parcela da pauta de reivindicações faz parte do acordo coletivo de trabalho, firmado com as empreiteiras para o período de 2013 e 2014.

A aprovação da greve

Após quase um mês de negociações entre o Sticcero e os

porque não querem ser importunados nas suas manobras e nos acordos pró-patronais realizados às costas dos operários

A nota publica da Federação e do Sintrapav serve aos interesses do Consórcio e dos organismos repressivos. A classe operária de conjunto deve rechaçar a conduta policialesca e patronal do sindicato e da federação.

consórcios das hidrelétricas, a assembleia de 2 de abril deflagrou a greve.

A greve foi motivada em função da reposição salarial e do valor da cesta básica. O índice reivindicado era de 18% e os consórcios ofereceram 10%. O valor da cesta-básica exigido era de R\$400,00 e os patrões concediam R\$310,00.

Os burocratas do sindicato, demagogicamente, disseram: “Não haverá acordo com esses números apresentados pelas empresas. Vamos aguardar que os patrões nos chamem para nova negociação”, disse o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Raimundo Soares. O comunicado de greve será levado pelo sindicato aos funcionários da noite. Rapidamente, o Consórcio Construtor Santo Antônio emitiu outra nota dizendo: “confiamos nos entendimentos rápidos para a retomada imediata das obras. Cumprimos rigorosamente a legislação trabalhista em vigor”.

Burocracia defende a contraproposta patronal para suspender a greve

No dia 12/abril, os trabalhadores das usinas de Jirau e Santo Antônio encerraram a greve. O movimento durou nove dias. Aceitaram a contraproposta das empresas. Os burocratas do sindicato defenderam a contraproposta com o argumento de que era uma vitória. Exigiam 18% de reajuste salarial e as usinas ofereceram apenas 11%; pediam R\$ 400,00 de cesta-básica

e aceitaram R\$ 350,00. Além de defender a proposta patronal, a burocracia discursou sobre o não desconto dos dias parados mediante sua reposição, como se fosse um presente aos grevistas.

Presidente da CUT de Rondônia age como delator

O discurso do presidente da CUT de Rondônia, Itamar de Souza/PT, foi o de elogiar o acordo de suspensão da greve. Aproveitou para denunciar as correntes de esquerda que criticam a conduta das burocracias sindicais. Em nota pública, a CUT disse: “A Central lamenta a ação de grupos que age de forma dissimulada e anônima dentro do canteiro de obras [...], busca incitar a realização de motins e tumultos com o claro objetivo político de atrasar as obras e de atacar o Governo Federal; prejudicando não só a categoria, mas também o Brasil, que precisa com urgência destas importantes obras para garantir a continuidade do crescimento econômico e a geração de emprego”. Encerra conclamando. “Trabalhador, NÃO CONFIE EM QUEM NÃO TEM CORAGEM DE MOSTRAR A CARA!”_Veja a que ponto chega a burocracia traidora da CUT. Para ser policial, não lhe falta nada!

Presidente da CUT enaltece o acordo miserável

Além de delatar as correntes políticas, o burocrata traidor divulgou uma nota enaltecendo o acordo estabelecido. Disse que foi o melhor acordo já realizado e estabeleceu as seguintes comparações:

“1) Reajuste salarial de 11%, para uma inflação de 7% pelo INPC, representando 4% de aumento real, igual ao do Maranhão, que elevou os pisos da categoria para: R\$ 1.005,79 do ajudante, R\$ 1.083,16 do meio oficial e R\$ 1.392,63 para o oficial (pedreiro, carpinteiro...);

2) Cesta básica aumento de R\$ 270,00 para R\$ 350,00, representando um grande aumento de 30%, um valor maior do que o conquistado no Rio de Janeiro, que foi de R\$ 330,00;

CNBB se afasta de posições do MST

Reunidos no dia 15 de abril, em Aparecida, na Assembleia Geral do Episcopado, os bispos criticaram o documento sobre “Questão Agrária” por ser “parcial e de inspiração socialista”. Qualquer reforminha para os reacionários constitui um perigo “socialista”.

Foram apresentadas inúmeras emendas, que inviabilizaram a sua publicação, segundo a imprensa. Tudo indica que a CNBB quer apagar sua relação com o movimento dos sem-terra.

O MST desde sua origem contou com o apoio ativo de um setor do clero. Mas com a ascensão do PT no poder do Estado e com o avanço da agroindústria, a situação foi mudando, até o ponto de os setores mais reacionários da Igreja rechaçarem as ocupações de terra. A dependência do MST do reformismo petista e a sua política de adaptação ao capitalismo também contribuíram para a estagnação da luta no campo.

A bancada ruralista no Congresso Nacional se fortaleceu e passou a ter maior influência na política agrária do governo petista. Dilma Rousseff apresentou uma importante alteração nas diretrizes anteriores de Lula – as desapropriações e os assentamentos não seriam mais prioridade. Chegou-se à conclu-

3) Participação nos Lucros e Resultados (PLR) foi de 30 horas para 33 horas mês, que representa um valor anual correspondente a quase dois salários, mais precisamente a um salário e mais 80% de outro;

4) Além da manutenção e ampliação de outros direitos como: baixada (visita à família), não obrigatoriedade de trabalho aos sábados, assistência médica através de plano de saúde particular, auxílio creche, auxílio a filho excepcional, dentre outros”.

Eis aí o papel de um burocrata a serviço da patronal e do governo. Ao invés de se colocar ao lado da classe operária, aceita a miséria imposta pelas empreiteiras, que lucram bilhões às custas do sangue da classe operária.

Os burocratas deveriam mostrar seus salários. O piso de R\$ 1.083,16 é de matar de fome os operários que trabalham pesadamente.

As lições que devem tirar

Os operários de Jirau e Santo Antônio têm realizado greves extremamente combativas. Chamamos de greves-levantes, pela radicalização do movimento e pelo rechaço às posições conciliadoras da burocracia sindical. As empreiteiras têm agido violentamente contra os grevistas, demitindo a parcela lutadora e reprimindo por meio das polícias locais e da Força Nacional de Segurança. É, provavelmente, que esses motivos tenham dificultado a luta contra a suspensão da greve e a aceitação do acordo entre a burocracia e os Consórcios. A greve que durou 9 dias foi abortada.

Avaliar as lições de um movimento é fundamental, principalmente quando se trata de uma greve operária. Particularmente, de um setor da classe operária que vinha protagonizando greves que foram levantes radicalizados. O que implica denunciar a conduta da burocracia da CUT, que é pró-patronal e pró-governo. É nossa tarefa rechaçar os delatores presentes na luta da classe operária.

são de que os assentamentos acabaram por formar “favelas rurais”. Os latifundiários, a agroindústria e o agronegócio, que estão ganhando rios de dinheiro, aplaudiram Dilma Rousseff. A latifundiária e senadora Kátia Abreu se aproximou da presidenta petista oferecendo-se a auxiliá-la em sua nova postura diante da luta camponesa.

O MST perdeu força no último período e se encolheu. O “Abril Vermelho”, antes temido, agora é tido como um desabafo dos milhares de acampados. Não mais se procura projetar o movimento camponês como um movimento nacional. Cada caso é um caso. A burocracia do MST procura negociar desse modo com o governo que apoia. A questão camponesa, no entanto, continua sendo nacional. Os pobres do campo estão ainda mais submetidos ao agronegócio e às relações de propriedade latifundiária da terra.

A virada da CNBB no sentido de afastar a Igreja dos conflitos agrários, protagonizados pelos sem-terra, não foi repentina. A rejeição do documento Questão Agrária, provavelmente escrita pela ala minoritária do clero identificada com os pobres, sob o argumento de que é parcial e muito socialista, coloca a CNBB no seu devido lugar – o de expressar a política de opres-

são da burguesia sobre a maioria oprimida.

O MST deveria denunciar essa posição reacionária da Assembleia Geral do Episcopado. Mas não o fará porque sua direção construiu laços muito fortes com o clero e com os reformistas pró-capitalistas do PT.

Os camponeses brasileiros travaram lutas heróicas contra os latifundiários e o Estado burguês, mas não puderam se potenciar nacionalmente. O MST surgiu como uma força mais organizada e promissora para os pobres do campo. Muita ilusão despertou na pequena burguesia urbana e nas esquerdas, que o apoiaram. A experiência, no entanto, foi mostrando que o campesinato isoladamente não tem como arrancar da burguesia suas aspirações pela terra – sintetizada na bandeira de

Manifesto do Partido Operário Revolucionário, Regional da Bahia

Burguesia e seus governos se mostram incapazes de solucionar o problema da seca

Quem arca com essa incapacidade são os camponeses nordestinos

Responder com um programa proletário de defesa da vida dos pobres do campo

Estamos diante de uma terrível seca na região Nordeste, considerada como uma das piores dos últimos 50 anos. As plantações vêm se perdendo e o gado não tem resistido à falta de água. Os açudes secaram ou mantêm uma capacidade de menos de 10%. Os reservatórios de água são insuficientes para o tamanho do problema. Cerca de 1.228 cidades espalhadas nos nove estados do Nordeste declararam situação de emergência. Calcula-se que quase 10 milhões de pessoas sofrem com as consequências da seca. De acordo com os dados do Ministério da Integração Social, o quadro é este: Ceará (178 municípios), Maranhão (71), Bahia (260), Piauí (196), RN (142), PB (192), PE (126), Alagoas (37) e Sergipe (20).

O governo de Dilma Rousseff (PT), governadores e prefeitos da região do Nordeste não têm como esconder essa situação calamitosa. Os dados revelam a incapacidade dos governantes e o fracasso das medidas paliativas, que não vão à raiz dos graves problemas nordestinos. O Estado e seus governos estão a serviço dos latifundiários, da agroindústria, dos banqueiros e das multinacionais. Os milhões de camponeses que sobrevivem nas pequenas e médias propriedades não têm recursos econômicos e técnicos para enfrentar os longos períodos de seca. O que é crônico na natureza não precisa ser crônico na economia. O capitalismo criou meios capazes de superar as adversidades da natureza, mas esses meios estão na forma de capital. Somente os grandes exploradores podem utilizá-los.

Assim, as massas oprimidas dos vários estados da região, em particular os pobres do campo, estão enfrentando as duras consequências da seca. O flagelo torna as condições de vida insuportáveis para os camponeses, que vivem em regime de agricultura familiar e plantio de pequenas roças. A concentração de terras nas mãos das oligarquias e o avanço do agro-negócio acabam esmagando os pequenos proprietários e suas famílias, expulsando os camponeses, agravando a penúria material dos pobres do campo. Não há um sistema de prevenção

reforma agrária. Avançou em suas ocupações e dali em diante não teve como continuar a marcha ascendente. Esbarrou nas relações de propriedade capitalista.

O campesinato necessita da aliança com a classe operária para se impor diante da burguesia oligárquica. A natural fusão do movimento camponês com o movimento operário não se realizou quando havia tal condição devido à política reformista e à ausência de um poderoso partido revolucionário, capaz de dirigir a luta de classe no país. Esse é o problema que ainda permanece e que voltará se colocar com o desenvolvimento da crise capitalista. A defesa do programa da revolução agrária e o trabalho de construção do partido da revolução proletária são fundamentais.

no semiárido nordestino. Há, em muitos lugares, um forte racionamento de água, enquanto em outros não há sequer água para o consumo, ficando na dependência de carros pipas.

Dilma Rousseff, como os governos anteriores, criou um programa paliativo denominado de Bolsa Estiagem no valor de R\$ 400,00 a R\$ 700,00, parcelados em cinco vezes para os municípios mais atingidos pela seca, que estão na zona de atuação da Sudene. Trata-se, entretanto, de medidas assistencialistas que servem de demagogia às autoridades, que dizem estar fazendo todo o possível para amenizar a desgraça dos sertanejos.

O Partido Operário Revolucionário (POR) aprovou em sua Conferência Regional do Nordeste a realização de uma campanha em defesa das condições de vida dos camponeses. Responde com as seguintes reivindicações:

- Plano de obras públicas financiado pelos governos para assegurar emprego e salários a roceiros e agricultores familiares em situação de miséria;
- Aplicação de todas as modernas técnicas de plantio, irrigação, colheita e armazenamento, financiadas pelo Estado e em benefício dos camponeses pobres;
- Fim da utilização da seca para explorar os camponeses (venda de água e outros recursos);
- Intervenção imediata do Estado para assegurar a distribuição de água e cestas básicas gratuitas, sob o controle de comitês locais de camponeses e moradores;
- Liberação de crédito a juro zero; extensão dos créditos aos camponeses pobres já tomadores de empréstimos;
- Imediata indenização das perdas agrícolas e pecuárias aos camponeses pobres;
- Expropriação dos latifúndios, nacionalização e entrega das terras aos camponeses pobres;
- Aliança operário-camponesa. Unidade dos trabalhadores da cidade e do campo sob a estratégia da revolução proletária.

Seca no Nordeste:

Enfrentar o problema da terra e erradicar a pobreza e o atraso pré-capitalista do campo

A terrível situação de penúria dos camponeses pobres agravada pela pior seca dos últimos 50 anos (alguns já falam da pior dos últimos 100 anos) traz à tona o problema da incapacidade da burguesia em dar um salto no desenvolvimento das forças produtivas e erradicar a miséria que campeia no interior do Nordeste. A seca apenas agrava uma pobreza já existente desde a formação histórica do Brasil. Esta pobreza tem sua raiz não em qualquer parte, mas especialmente no minifúndio, expressão maior da ausência de desenvolvimento capitalista no campo. O marxismo ensina que o avanço capitalista nos países atrasados entrelaça e combina, necessariamente, formas arcaicas de produção com as mais modernas. A burguesia brasileira e o capital financeiro, ao desenvolverem uma potente agroindústria e uma moderna pecuária em algumas poucas áreas geográficas, foram incapazes de liquidar o atraso pré-capitalista. Assim arrastam uma pesada herança: uma legião incontável de miseráveis do campo que sobrevivem do que conseguem produzir primitivamente, com suas toscas ferramentas, em minúsculos lotes de terra (na maioria das vezes com 10ha somente) e sem perspectiva de serem absorvidos pela economia capitalista. Esta legião, que está em grande medida concentrada no Nordeste (dados do censo agropecuário de 2006 –IBGE mostravam que nesta região quase 90% dos estabelecimentos agrícolas são pequenas propriedades! Todos eles com um sistema de agricultura familiar, ou seja, arcaico) não encontrará solução para sua situação de pobreza e baixo desenvolvimento no interior da economia de mercado capitalista.

Por sua própria natureza o minifúndio implica baixa produtividade e penúria material. A renda percapita média no campo na região Nordeste é de cerca de 2 salários mínimos,

não por pessoa, mas por família! Nos assentamentos cearenses, a média chega apenas a 1,39 salário mínimo apenas (86% da população rural cearense é considerada pobre). A renda obtida precisa ser praticamente toda consumida. Não há excedente para investimento. Um grande contingente precisa trabalhar fora de suas terras para completar a renda, tornando-se trabalhador assalariado um parte do seu tempo (no Nordeste 35% da renda dos assentados vem de atividades fora do assentamento). Esse contingente, em alguns estados do nordeste é de 40% da PEA, trabalhando em meio ao arcaísmo agrícola sem igual, representam, quando muito, 6 ou 7% dos PIB's estaduais. Este setor não terá nunca à sua disposição sistemas de irrigação agrícola, créditos fartos e baratos, assistência técnica de prontidão e meios baratos de comercialização dos seus produtos. A burguesia e seu estado os entregam à própria sorte e esperam que se autoliquidem.

A saída para o atraso do campo só pode ser encontrada num levante contra os latifundiários, a burguesia e o capital financeiro, responsáveis pela brutal concentração de terras e pelo bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas agrícolas, em particular no Nordeste. A expropriação das terras, dos meios de produção agrícolas (maquinário, silos etc.), e a derrubada da dominação da burguesia/imperialismo propiciará a criação de potentes agroindústrias, grandes fazendas modelos, fazendas cooperativas e estatais, no lugar dos raquíticos minifúndios que serão para sempre superados, e agigantará a produção agropecuária. A vitória da revolução proletária, apoiada nos camponeses pobres (aliança operário-camponesa), e apenas ela, criará as reais condições para a superação do atraso pré-capitalista, do subdesenvolvimento e da miséria no campo.

Bahia

A seca na bahia repercute na cesta básica

A seca tem sido um dos principais fatores na carestia dos preços dos produtos da cesta básica, penalizando ainda mais as condições de vida dos trabalhadores do campo e da cidade. A estiagem tem atingido um crescente número de municípios do território baiano, em que 60% se localiza na região do semiárido, equivalente a 260 municípios do Estado da Bahia em situação de emergência.

De acordo com as pesquisas divulgadas pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE), a cidade de Salvador, dentre 18 cidades pesquisadas, apresentou uma das maiores variações de preço da cesta básica, em torno de 32,63% sobre produtos elementares à mesa do trabalhador, quase empatando com Fortaleza, que registrou 32,78%. A cesta baiana calculada em março registra o preço de 281,05 reais. Adquirir os produtos básicos em Salvador para uma família de quatro pessoas, constituída por dois adultos e duas crianças, corresponde a 45,06% do rendimento líquido do salário mínimo de fome.

A farinha de mandioca indispensável na culinária baiana

subiu 168,5%, o feijão 35,92% e o tomate (7,37%). Isso reflete as perdas que vêm ocorrendo nas lavouras do Estado devido à estiagem. O Estado da Bahia é o terceiro maior produtor de feijão no país e este ano teve uma redução da área de plantio, elevando com isso a o preço do produto. A banana também teve uma forte variação de preço (14,18%). Importa dizer que a Bahia é o maior produtor da fruta no Brasil e a maioria da produção local é irrigada. Os camponeses e os assalariados da cidade sofrem todas as consequências da seca e da carestia.

Agricultores e o MST cobram medidas contra a estiagem no semiárido baiano

Na cidade de Camaçari/Ba, os militantes do MST realizaram uma marcha no dia 08/04, protestando contra as ações paliativas do governo federal e estadual sobre a seca, que tem sacrificado muito a vida dos pequenos agricultores e camponeses pobres. A marcha reuniu cerca de cinco mil agricultores vinculados ao MST, como parte da jornada do Abril Vermelho. O movimento articulou as reivindicações históricas de punição

aos crimes do campo e agilidade na reforma agrária, bem como o auxílio aos assentamentos, cujas lavouras de mandioca, feijão e milho foram devastadas pela seca. Seguiram em Marcha até Salvador. A marcha levava o nome de Fabio Santos Silva, assassinado em 2 de abril, cravado com 15 balas em Iguai/Ba.

Na região Sisaleira, os agricultores fecharam a rodovia em protesto, considerando o descaso com o grave problema da seca na metade dos municípios baianos intensamente atingidos. Os agricultores familiares dos municípios da região Sisaleira bloquearam estradas com uma barreira de pneus queimados no trecho da BR 116 no território de Sisal. O protesto teve por objetivo denunciar as fragilidades das ações anunciadas pelos governos federal e estadual referentes ao fortalecimento das cadeias produtivas do Sisal e da ovinocaprinocultura. Dentre as reivindicações estão: recuperação e construções de fontes de água; assistência técnica rural continuada, melhoramento genético, aumento do número de carros pipas, perfurações de poços artesanais, limpeza, recuperação e ampliação de aguadas.

Denunciou-se que a indústria da seca continua existindo, aproveitando da miséria da população e direcionando politicamente os carros pipas para os eleitores de determinadas legendas partidárias, que o uso político da água nos municípios penalizados pela seca tem sido constante. O PP, partido que mais cresceu na Bahia, tem usado com bastante frequência este expediente. A denúncia foi feita no plenário da Assembleia Le-

gislativa do dia 08/04, que teve como principal tema a seca na Bahia. Há uma crítica velada por parte dos parlamentares, inclusive petistas, à gestão estadual da política de enfrentamento da seca. Isso já reflete uma disputa interna no PT quanto ao nome do candidato à sucessão do governo Wagner. A bancada de oposição ao governo Wagner afirma que o governo estadual cometeu um grande “equivoco ao não priorizar a perenização dos rios baianos”. Isso se fundamenta no fato do Rio vaza-barri, que fica a 100 quilômetros do Rio São Francisco, estar seco. O problema da seca é para esses partidos da ordem burguesa um instrumento de disputa em torno do orçamento e do Estado. Além da não perenização dos rios, houve a interrupção do programa de barragens. Também se denuncia que o governo estadual gastou mais com propaganda do que com os problemas da seca. Foram gastos em publicidade, no ano de 2012, 144 milhões.

Posição do POR

O partido Operário Revolucionário (POR) tem realizado várias atividades como parte da campanha sobre a seca, deliberada na Conferência da Região Nordeste. Divulgando a linha política do partido, tem feito colagens de cartazes, panfletagens com as principais consignas políticas do partido. O POR esteve presente na marcha dos sem terra, distribuindo um manifesto sobre a seca.

A seca no Rio Grande do Norte

Governo do DEM decreta estado de emergência em 80% dos municípios e suas ações não beneficiam os trabalhadores

A seca no Nordeste continua a ser utilizada pelas oligarquias como forma de beneficiar principalmente os grandes produtores, pressionando os governos para maior liberação de verbas. É assim que temos visto no RN a cena se repetir. Durante esta semana, não faltaram deputados e prefeitos que ocupassem a TV para falar sobre sua grande preocupação com a situação de seca no estado.

As famílias de camponeses pobres não estão sendo atingidas pela seca ou falta de alimento somente agora. Os pequenos produtores convivem com a falta de liberação de crédito por parte do governo e o descarado apoio dos grandes produtores. O governo Lula deu continuidade à política de agricultura familiar implementada no governo de FHC, que através do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) dividiu os setores que receberiam crédito rural. Os grupos menores como Pronaf A (assentados da reforma agrária) e B (agricultores, pescadores, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas e indígenas que desenvolvam atividades produtivas no meio rural) foram os menos atendidos pelos governos. De acordo com o censo de 2006, o grupo A recebeu de crédito, em 2006, 6,84% e o grupo B, de 7,72%. Os grandes proprietários têm sido os beneficiados com a continuidade desta política, que, mesmos não empregando a agricultura familiar, dividem seus latifúndios em módulos que se encaixam nos padrões do governo para serem atendidos pelos créditos do governo. Ou seja, se encaixam nos grupos C, D e E os agricultores com maiores rendas. Estes foram os mais “beneficiados pelo governo” com 73% dos recursos do programa.

A convivência com situação de miséria, fome, falta de recursos para desenvolver seus pequenos roçados é uma realidade dos camponeses do RN. Mesmo neste período onde o governo decreta estado de calamidade em mais de 80% dos municípios o que presenciamos é mais uma vez os grandes proprietários serem os maiores beneficiados. Não faltam “protestos” dos que se dizem atingidos pela seca. Grandes latifundiários que têm terras em outras regiões do país estão transferindo seu rebanho e exigem ajuda do governo. Por outro lado, convivemos com os camponeses pobres vendo sua única cabeça de gado morrer de fome. Dos 1.415 municípios atingidos, o governo Dilma/PT anunciou a liberação de 267 mil cisternas e ampliação de carros pipas, o que comprova o cinismo do governo petista diante da crise social. Em discurso no Ceará, o governo federal ainda afirma que, graças às ações de seu governo e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “a face da miséria nessa região não foi acentuada tão perversamente pela estiagem”. Quanta demagogia! Os programas de créditos que deixaram endividados os pequenos produtores hoje são o grande peso daqueles que não conseguem pagar suas dívidas.

Os programas apresentados pelo governo do PT/Dilma não se diferenciam em nada dos que já foram desenvolvidos pelas oligarquias latifundiárias da região. Na aparência, é para atender os camponeses pobres, porém em essência responde as necessidades dos grupos oligárquicos que o com PT/PMDB/DEM dirigem a política no RN.

Assembleia de 20 mil professores aprovou a greve e manifestação gigantesca ganhou as ruas de São Paulo

Os problemas já estavam colocados há muito tempo: arrocho salarial, com perdas que ultrapassam os 36%; não aplicação da jornada da Lei do Piso Nacional, que mobilizou os professores já em 2012 em uma greve de 3 dias; precarização do trabalho dos contratados, que há três anos já sofrem com a retirada de direitos, perseguição das diretorias de ensino e nenhuma garantia de emprego; além de problemas mais imediatos, como a implantação das escolas em tempo integral, que excluem estudantes e demitem professores; o recente anúncio da privatização do Hospital do Servidor, em uma parceria público-privada, etc. Faltava, entretanto, responder a esse conjunto de ataques com a ação direta, dar uma resposta ao governo.

A mobilização da semana que antecedeu a assembleia obrigou o governo a conceder mais 2% sobre a parcela já prevista de 6%. Isso só fez aumentar o descontentamento da classe, que rapidamente percebeu que se tratava de 20 centavos no valor da hora-aula. Ao mesmo tempo, exigiu que as diretorias de ensino enviassem um comunicado antigreve para tentar aterrorizar a parcela de professores contratados. Usou, para isso, os diretores de escolas e seus coordenadores. Mas a reação foi contrária. Milhares de professores da categoria "O" foram para a assembleia reivindicar a estabilidade. Não bastando as ameaças, o governo pela primeira vez enviou e-mails para os 200 mil professores defendendo o reajuste e criticando a posição da Apeoesp de ir à greve.

Como se vê, o governo mostrou fraqueza diante da mobilização grevista e o professorado se levantou como uma fortaleza no intuito de arrancar as reivindicações. Esse é o caminho para conquistar as reivindicações.

A unidade é nossa força

A vitória do governo depende da divisão imposta ao magistério. A vitória dos professores está na nossa unidade (efetivos e contratados). A superação dessa fragmentação se dará por meio da luta direta pelas reivindicações que unificam a classe. Embora divididos, todos os professores recebem um salário miserável, que não permite o sustento de uma família. E todos padecem da brutal jornada de trabalho e das salas superlotadas. A expansão da jornada, por meio do trabalho em outras redes de ensino (municipal e privada), adoeceu o professorado, físico e mentalmente. O governo reforça a divisão e só a luta permite quebrar esse obstáculo.

Há uma concordância entre os professores de que o governo golpeia a educação. E que a escola deveria ser uma só - diretores, coordenadores, funcionários e professores - e que somente assim seria possível derrotar a política antieducação do governo. De fato, o governo é nosso inimigo e a unidade é nossa fortaleza. Por isso, é nossa tarefa combater todos os obstáculos que impedem a luta coletiva da classe para arrancar as reivindicações.

Reivindicações que unificam a classe

1. Reajuste imediato dos salários

Os preços dos produtos alimentícios, dos remédios, dos alugueis, transportes coletivos, etc. estão nas alturas. O salário mal cai na conta do professorado já é arrancado para o pagamento das dívidas. A tendência com a crise econômica é de aumento do custo de vida.

O parcelamento do reajuste em 4 anos só trouxe mais desgraças. Não acompanhou a elevação do custo de vida e não repôs as perdas passadas. O governo aproveitou para incorporar a gratificação (GAM), descontando do reajuste.

A Corrente Proletária defende a reposição de todas as perdas salariais e o reajuste automático dos salários. Aumentou a inflação, o salário é automaticamente corrigido. Trata-se da escala móvel de reajuste.



2. Estabilidade imediata aos 48 mil professores da categoria "O"

A luta contra a precarização do trabalho passa pela defesa da estabilidade dos professores contratados. Não podemos permitir que milhares de professores exerçam o mesmo trabalho nas escolas que os demais e sejam violentamente discriminados pelo governo. Primeiro, vêm as provas seletivas. Depois, meses a fio sem salário, sem nenhum direito trabalhista e, ainda, com a

demissão anunciada (final do contrato).

A Corrente Proletária defende a estabilidade de todos os professores contratados. Todos que estão na rede devem ser imediatamente efetivados, com todos os direitos assegurados. Portanto, trabalho igual, salário e direitos iguais.

3. Rejeitar a proposta privatista de ensino médio integral

O ensino médio integral implantado por Alckmin fechou turnos (tarde e noite), expulsando a maioria dos alunos. Pretende por meio de salas ambientes, oficinas e um currículo flexível resolver os graves problemas de evasão e de fracasso da aprendizagem. Trata-se de uma medida discriminatória que não toca nas reais causas do fracasso da educação, que estão na exploração capitalista. É, na verdade, uma medida para dividir o professorado, eliminar disciplinas e iludir os jovens com a possibilidade de alcançar um posto de trabalho.

A Corrente Proletária rejeita o ensino médio integral de Dilma e o de Alckmin. Defende a juventude por meio da bandeira: 4 horas na produção social e o restante para os estudos e lazer. Nenhum jovem sem trabalho, nenhum jovem sem escola. Defende a abertura de todos os turnos e escolas fechadas, redução do número de alunos por sala, o fim de todas as gratificações e avaliações de mérito, por meio da bandeira: trabalho igual, salário igual.

Reforçar as bandeiras e defender a democracia do movimento

A Corrente Proletária/POR atuou desde o início da mobilização, mostrando a necessidade de organizar a luta coletiva, apostando na força das dezenas de milhares de trabalhadores da rede. Por isso, defendeu em todos os seus materiais e intervenções a centralidade das bandeiras ligadas ao emprego, ao salário e às condições de trabalho, defendendo as reivindicações e rechaçando as leis malditas dos seguidos governos, as quais atuaram para dividir o magistério e sucatear ainda mais a educação pública. Apontou também que, como parte da democracia do movimento, a necessidade que a organização da greve e da negociação não estivesse apenas a cargo da direção, mas que fossem eleitos nas assembleias representantes de base.

Em torno das bandeiras, dos métodos e da democracia sindical, interveio para potencializar o movimento grevista. Com essa política também, luta para fortalecer a greve e derrotar a política educacional do governo estadual.

Paralisar todas as escolas! Lutar nas ruas pelas reivindicações!

Assembleia dia 26, ocupar a Avenida Paulista

Governo oferece reajuste de miséria para a categoria (7,97%). Organizar a greve do magistério municipal

No dia 02 de abril, houve reunião entre o Sind-UTE e o Prefeito Roberto Cláudio. Nesta reunião, a prefeitura apresentou a migalha de 7,97% retroativo a janeiro. Outros pontos (distorções, pagamento de anuênios, progressões, pecúnia etc) a prefeitura vai enrolando para só pagar a conta gotas e até o final do mandato. Desde janeiro, a nova gestão municipal, tem enrolado a categoria e apenas agora (em abril) apresenta um índice. Os 7,97% é o mesmo índice dado em Caucaia e Maracanaú (corresponde a miséria de aumento do custo aluno e do valor do piso nacional). Por que o governo não apresenta um índice maior? Porque em plena época de crise capitalista os governos reservam o grosso do dinheiro para ajudar os empresários, às custas do funcionalismo e do povo pobre. Além disso, ele entende que o dinheiro usado para pagar as horas extras do calendário (sábados, feriados e férias) já serve como 'reajuste'. O fato de boa parte da categoria ter aderido ao calendário, ou pelos menos ao 5º tempo (caso dos professores do PAIC) deixa o governo mais livre para impor um reajuste miserável, sem pagar pecúnia, sem aplicar o 1/3 e sem dar nada mais.

Depois de recusar o 1/3 de hora atividade para professores do 6º ao 9º anos, e de empurrar o calendário maldito para a categoria, os professores precisam se preparar para a luta antes de o governo votar o pífio reajuste. Não há outra saída. É preciso preparar a greve do magistério. Os preços sobem, o poder de compra dos salários caem. Fortaleza já tem uma das cestas básicas mais caras do país. Lutemos com força por um salário que dê condições de vida digna à categoria. Que o governo atenda imediatamente a reivindicação de reajuste de 25%!

Setores do PSOL foram contra a greve

O maior agrupamento do PSol, organizado no coletivo "APEOESP na Escola e na Luta", ligada aos deputados Carlos Gianazzi e Ivan Valente haviam votado a favor de indicativo de greve para a assembleia de 19 de abril. Na assembleia de março, quem vacilou na defesa foi o PSTU e uma corrente menor do PSol. Desta vez, os dirigentes do PSol, que ocupam cargos na diretoria executiva do sindicato, se colocaram contra a deflagração da greve, defendendo o "estado de greve" com ações isoladas. Foram rechaçados no Conselho de Representantes e não tiveram a coragem de defender a proposta na assembleia que aprovou a greve. Quem assumiu a proposta foi professor de base, que teve muita dificuldade de defendê-la em função de ser uma assembleia pela greve.

A posição desse agrupamento que dirige subdeses do sindicato refletirá na mobilização nas regiões. A tendência é que atuem passivamente, esperando a entrada dos professores de forma espontânea na greve. Esse setor conservador, que fica na retaguarda, pesará na condução do movimento.

Seleção para gestor escolar: mais uma imoralidade de Ivo Gomes

No domingo, dia 17/03, foi realizada, em Fortaleza, prova para 'selecionar' dos diretores de escola das redes estadual e municipal de ensino, acertado pela portaria 45/2013, que oficializou a adesão da prefeitura ao edital da SEDUC. Foram inscritos 16 mil candidatos. O município selecionará diretores para 287 escolas. A seleção consiste em três etapas: prova, títulos, curso e entrevista. O governo vem demonstrando estar à vontade, pois não vem encontrando resistência nas direções majoritárias pelegas das entidades sindicais APEOC e SINDIUTE, no sentindo de encampar a luta para eleições diretas para diretores.

É notória a postura de colaboração da diretoria majoritária do SINDIUTE com a prefeitura, além de oferecer cursinho para os futuros algozes dos professores, não se posicionou quando o Secretário Ivo Gomes retirou da responsabilidade dos conselhos escolares a função de órgão executor, centralizando e fortalecendo a figura do diretor para obedecer suas diretrizes.

A Corrente Proletária na Educação é contra a seleção de gestores e defende as eleições diretas para diretores; que os conselhos escolares retomem seu papel de executor e que as escolas sejam controladas por quem estuda e trabalha, através das assembleias escolares.

O que se passa na direção do Sind-UTE?

A diretoria do Sind-UTE, eleita em outubro de 2012, está dividida. Pelo menos quatro blocos políticos existem em seu interior.

A Corrente Proletária é um deles, oriunda da antiga chapa 3, que tem 5 cargos, num universo de 25. A divisão ocorre porque o setor majoritário da antiga chapa 1, hoje, embloca-se, cada dia mais, com o governo Roberto Cláudio (PSB). Esse setor tem os principais cargos (secretaria geral e finanças) e maioria de votos. São quem de fato controla a máquina sindical. A oposição pode apenas mobilizar as escolas, denunciar os desmandos e lutar no interior das reuniões da diretoria e nas assembleias. A Corrente

Proletária sente-se no dever de informar aos trabalhadores (que é quem sustenta a entidade) o que se passa em seu sindicato. Somos contra toda e qualquer desfiliação, que só enfraquece a categoria e a luta. Sem sindicato não há luta. Nosso objetivo é, ao mesmo tempo, impulsionar as lutas da categoria e batalhar para substituir a atual direção e colocar em nosso sindicato uma direção combativa e revolucionária. Esse é o caminho para resgatar o sindicato para a luta!

Direção do DCE da USP (PSol/PSTU) implode assembleia usando pretexto de combate ao machismo

A assembleia geral de estudantes de 11/04 foi convocada para discutir a luta contra a denúncia do Ministério Público contra estudantes e trabalhadores da USP, contra o Pimesp, e ainda, a situação do BUSP (superlotação) e “diretas pra reitor”. No entanto, ela foi interrompida em meio a um grande tumulto, no qual a caixa de som foi quebrada. A mesa, formada pela direção do DCE, decretou o fim da assembleia prometendo que convocaria outra. No dia seguinte, houve uma reunião da direção do DCE, e a assembleia não foi convocada. Este fato é decisivo para toda a discussão sobre os acontecimentos. A direção do DCE encerrou a assembleia alegando que não havia condições de continuá-la, mas não convocou nova assembleia quando tinha todas as condições de fazê-lo. Por isso se pode afirmar com toda certeza que o encerramento da assembleia se deu sob um pretexto. Desfazer a assembleia significou não decidir nada sobre a pauta. Principalmente, interromper a campanha de luta contra a criminalização do movimento de estudantes e trabalhadores.

A quem serve a mentira

No site do DCE, se lê: “Com a intenção clara de impedir o debate democrático e o posicionamento da Frente Feminista sobre o tema, os militantes do PCO atacaram a mesa, quebraram o som que garantia as falas, provocaram ativistas de diversos coletivos e implodiram a assembleia” Essa afirmação é uma mentira O que aconteceu de fato:

1) A Frente Feminista se inscreveu após os informes, ao que a mesa de forma arbitrária lhe concedeu a palavra. A mesma mesa ignorou completamente a ordem e abriu pelo menos cinco minutos à Frente Feminista para ler uma carta (os informes tinham sido de um minuto, sendo que os últimos foram de 30 segundos).

2) Todos ouviram o texto lido pela Frente Feminista. Ninguém impediu seu “posicionamento”. Nem mesmo os militantes do PCO, que ouviram acusações de machismo a um de seus militantes e ao seu partido sem interromper.

3) Após a leitura da carta, os militantes do PCO, inclusive mulheres, de outras correntes e independentes pediram direito de resposta à mesa. As militantes do PSol e PSTU formaram um piquete diante da mesa, impedindo a aproximação de quem quer que fosse, gritando palavras de ordem. A mesa negou o direito de resposta ao PCO. Se tem alguém que agiu para “impedir o debate democrático”, foi justamente a frente PSol/PSTU.

4) Militantes do PSol/PSTU, em maioria, cercaram os do PCO. Diante da confusão armada, a mesa anunciou que não haveria condições de continuar a assembleia. Depois da pressão, a mesa afirmou que não daria direito de resposta e, se necessário, colocaria isso em votação.

5) Nesse momento, um militante do PCO derrubou o som da assembleia. A mesa, imediatamente, anunciou que a assembleia estava encerrada e que a direção do DCE convocaria outra para debater a pauta.

Por tudo isso, a frase no site do DCE é mentirosa. Uma mentira é sempre usada para encobrir. Neste caso, para encobrir que a direção do DCE é quem implodiu a assembleia, e usou a atitude descabeçada do PCO como pretexto.

Uma direção avessa à democracia estudantil

A direção do DCE tem aversão às assembleias. Só convocou assembleia neste ano sob grande pressão interna e externa à USP. É uma direção que tem horror às discussões e decisões da base. Já tinha implodido a plenária de movimentos sociais, em 20/02, convocada por ela mesma e pelo Sintussp, quando foi pressionada a convocar uma assembleia. Agora, encerrou a assembleia e se nega a convocar outra. Se havia uma carta escrita de acusações ao PCO, se essa carta foi lida pisoteando a ordem na assembleia, se se formou um piquete na mesa com palavras de ordem ensaiadas, se a mesa logo foi anunciando que encerraria a assembleia, alguém pode acreditar que isso não tenha sido organizado para esse fim? E que o PCO foi estúpido bastante para cair na provocação e fornecer o pretexto para a direção por fim à assembleia?

Se as acusações contra o PCO são verdadeiras, por que a direção não colocou para a assembleia discutir e decidir sobre isso? PSol/PSTU preferiram impor um veredicto que deveria ser aceito sem discussão.

A direção preferiu se apoiar num piquete e não na plenária. É o método próprio de burocracia. Um piquete erguido contra o direito de resposta é uma violência contra a democracia estudantil.

O ataque à democracia estudantil serve para não se discutir e decidir coletivamente medidas necessárias à luta pelas reivindicações. No caso da pauta em discussão, deveriam ser discutidas as novas medidas repressivas contra estudantes e inclusive professores. As atividades já aprovadas nos CAs dos cursos (entre elas, um ato público dis 18/04 na FFLCH) e como apoiá-las e generalizá-las. A participação dos estudantes

e trabalhadores da USP na passeata dos professores da rede estadual e funcionários da Saúde, já programada para o dia 19/04 na Avenida Paulista. A campanha contra o Pimesp, que é uma manobra do governo Alckmin para não aplicar a lei das cotas. A luta contra a destruição do transporte gratuito na USP e favorecimento das empresas de ônibus, em detrimento dos estudantes. E a pauta “diretas pra reitor” tinha sido rejeitada como eixo do movimento pela assembleia anterior. Agora, sem assembleia, a direção do DCE tentará decidir sobre tudo no Conselho de Centros Acadêmicos (CCA), controlado pelas correntes que dirigem o DCE e que não expressam a discussão e decisão das bases sobre o que aí decidem.

Uma direção avessa à autonomia do movimento

PSol/PSTU correram para a delegacia de polícia para registrar um boletim de ocorrência contra o PCO. Está aí o método de uma burocracia que é avessa às assembleias. Os problemas e conflitos no interior do movimento devem ser resolvidos nas instâncias de base soberanas, assim se preserva a autonomia. Trazer a polícia e a justiça contra membros do movimento é se aliar à repressão estatal contra o movimento e abrir suas portas à ingerência externa dessas instituições da ditadura de classe burguesa.

As acusações de machismo do PSol/PSTU contra militantes do PCO devem ser discutidas e submetidas às assembleias. No caso de comprovadas, é o movimento quem tomará as medidas apropriadas. No caso de calúnia, os acusadores é quem sofrerão as consequências. O movimento resolve o conflito colocado. A autonomia é incompatível com a busca de intervenção externa.

O erro de tentar responder ao autoritarismo da direção de forma individual

A direção do DCE pisoteou a ordem da assembleia para descarregar um ataque ao PCO e depois impediu seu direito de resposta de forma violenta, mas a resposta do PCO foi errada ao buscar responder a isso por meio de ação individual, desconhecendo a plenária da assembleia. Ao invés de se apoiar no coletivo da assembleia para denunciar e combater a direção do DCE, que usava o movimento feminista para atacar o PCO como partido, tentou resolver a questão no nível da truculência individual. Assim, sua atitude não obteve apoio da plenária, e a direção do DCE, com maior número de militantes, impôs seu cala-boca. Pior ainda, ao derrubar a caixa de som, forneceu o pretexto que a direção do DCE buscava para se safar da implosão da assembleia, que já tinha anunciado antes disso.

O resultado da atitude que posou de radical foi contribuir para que a direção fizesse o que já pretendia, acabar com a assembleia e não convocar outra, e que teve sua tarefa facilitada pelo erro do PCO. Erro que foi inclusive assumido como autocrítica pelo seu militante logo após o aborto da assembleia. Embora a tenha repentinamente retirado pouco depois.

Quando criticamos o PCO (e não é a primeira vez que o fazemos), o fazemos em defesa da ação coletiva, e contra as atitudes individuais alheias à democracia estudantil (derrubar o som da assembleia por exemplo). Mas destacamos que a responsabilidade pelo encerramento da assembleia é da direção do DCE, que armou urna provocação com as acusações de ma-

chismo e usou as atitudes erradas do PCO como pretexto.

A serviço de quem está o feminismo do PSol/PSTU

O feminismo do PSol/PSTU é aquele que culpa os homens pela opressão à mulher. Ou seja, desconhecem que a opressão à mulher tem raízes na realidade social, na sociedade dividida em classes (a mulher foi a primeira classe oprimida da humanidade), e que a luta contra a opressão à mulher é parte da luta de classes. Tratam a violência contra a mulher como uma questão meramente cultural, ideológica, associada ao sexo.

A consequência prática é que não combatem a opressão real sobre a mulher. Por exemplo, não organizam a luta pelas reivindicações próprias e específicas da mulher dentro da universidade (tais como creches gratuitas para as mães estudantes), nem se colocam na defesa de mulheres atacadas pela repressão (vide o caso da Amanda, eliminada da USP por processo político e despejada com seu bebê do bloco A). Mas se levantam agressivamente se alguém de sua frente política é criticada seja lá como for. E usam o feminismo como escudo para práticas muitas vezes deploráveis, tais como o cordão de mulheres que serviu, em 27/10/11 na FFLCH, para conduzir os estudantes acusados de consumo de drogas ao camburão da polícia (temos fotos para provar).

O caso denunciado na assembleia de 11/04 é uma dessas situações. Pretendem transformar a acusação de um suposto discurso de um militante do PCO contra uma militante do PSol (discurso que muda de local e de forma e conteúdo a cada vez que é descrito) em uma verdadeira inquisição contra o partido como um todo. Anunciam uma campanha “contra o machismo”, cujo conteúdo é de ataque ao PCO, e não a atitude de um de seus militantes. Essa é a democracia que dizem defender.

O prejuízo maior é do movimento estudantil

Estamos vivendo um momento de aumento da repressão na universidade e fora dela. A ameaça de criminalização dos estudantes e trabalhadores, enquadrando-os por formação de quadrilha, é o mais duro ataque ao direito democrático de mobilizar para defender as reivindicações. Há a necessidade de um amplo movimento de massa nas ruas para derrotar o governo do PSDB/ministério público/reitoria. Esse movimento depende de realização de assembleias gerais de estudantes para discutir, deliberar e colocar em prática essa mobilização. A renúncia da direção do DCE em tocar essa luta é uma colaboração passiva com a repressão e o autoritarismo. Quem mais perde são os estudantes e a universidade pública, pois sem mobilização não é possível força para derrotar a burocracia autoritária que governa a universidade para o governo e os capitalistas.

Rechaçamos a inquisição do feminismo burguês e o uso da luta das mulheres para encobrir a política da direção do DCE. Rechaçamos o uso da calúnia como método de luta política. Rechaçamos a busca da polícia e dos tribunais para resolver conflitos internos ao movimento. Criticamos o uso de métodos alheios à democracia estudantil usados pelo PCO.

Reafirmamos que é por meio da mobilização independente, autônoma, e da democracia estudantil que poderemos resolver as diferenças e conflitos no nosso meio e avançarmos na luta contra a repressão e em defesa de nossas reivindicações.

Bahia - Assembleia dos professores da APUB discute o FUNPRESP

POR defende a derrubada do FUNPRESP e da reforma da previdência

A primeira assembleia convocada pela atual direção da APUB, eleita no final de 2012, foi realizada no dia 17/04, em pleno recesso dos docentes da Universidade Federal da Bahia (UFBA), para debater questões candentes da categoria como a progressão na “nova carreira” imposta pela Lei 12.772/12, o Funpresp e a carga horária de sala de aula.

A nova carreira docente aprovada em dezembro de 2012, com a conivência da ex-diretoria da APUB e do PROIFES, que assinaram o acordo com o Governo de Dilma Rousseff (PT), apresenta vários problemas e retrocessos quanto aos princípios definidos pelo movimento docente para sua carreira. Para se progredir na carreira, além do interstício de 24 meses, precisa ser aprovado na avaliação de desempenho. Os professores que ingressaram a partir de 1º de março de 2013 só podem acelerar sua progressão caso tenham mestrado ou doutorado, após o estágio probatório, acarretando prejuízos materiais ao professor concursado e nomeado após a referida data. A carga horária de sala de aula foi ponto de debate nas pautas locais, considerando que há uma indefinição com relação a carga/horária e a distribuição do número de alunos por turma. Com a expansão das universidades via REUNI, houve um inchaço muito grande nas turmas, sem assegurar condições de trabalho e estudo para professores, estudantes e técnico-administrativos.

O fato é que a previdência pública foi substituída pelo Fundo de Previdência Complementar como parte da reforma privatista da previdência aprovada pelo Governo Lula (PT) em 2003. A contribuição será definida pelo fundo, porém o contribuinte não saberá quanto receberá quando se aposentar, portanto o benefício é indefinido. A direção da APUB, apoiada pela ex-diretoria, vinculada ao PROIFES governista, está envidando uma limitada campanha contra o FUNPRESP, restrita à fixação de faixas em determinados espaços da UFBA e realização de seminários. Entretanto, a defesa da Previdência e Seguridade Públicas e das reivindicações da categoria precisa sair do mero discurso distracionista para uma ação prática, que tenha como base a ação direta da categoria dos professores, em aliança com os técnico-administrativos e estudantes. Ações que conjuguem manifestações, bloqueios, ocupações e a possibilidade de uma greve nacional contra as medidas privatistas e destrutivas de direitos do governo federal e dos governos estaduais contra a educação.

No dia anterior à assembleia, a Oposição à atual diretoria (POR, PSTU, professores da Conlutas e independentes) fizeram uma plenária ampliada para discutir a nossa intervenção frente às questões da pauta. A corrente O Trabalho (OT) e a Consulta Popular, que estiveram no Comando de Greve, não participaram da reunião da Oposição e se posicionaram na assembleia em algumas questões contra a oposição. A assembleia se con-

figurou como uma oportunidade para a Oposição expor e defender as pautas de reivindicações acumuladas durante a histórica greve de 2012 e avançar na luta do movimento docente contra os ataques dos governos federais e estaduais. A oposição conseguiu aprovar pontos como: lutar contra o Funpresp como parte da luta contra a reforma da previdência, exigir reabertura de negociação com o MEC em torno da pauta da carreira, realizar em maio de um seminário sobre a reforma da previdência, realização de assembleia no início de maio, incorporação da APUB à marcha do dia 24/04 (inclusive com financiamento da ida dos docentes), realização de uma ampla campanha pela fixação das 8 horas mínimas de CH em sala de aula, somada à luta por abertura de novos concursos para docentes e pleitear a regulamentação do número máximo de alunos por sala de aula, obedecendo as especificidades de cada curso/área e uma moção de repúdio ao Proifes, contendo a crítica da ex-diretoria pelos processos movidos contra os professores do Comando de Greve e da Comissão Provisória de Transição.

A CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO (CPE) - órgão do **Partido Operário Revolucionário (POR)**, distribuiu um manifesto defendendo um conjunto de ações para derrubar nas ruas o FUNPRESP e a REFORMA DA PREVIDÊNCIA, entre as quais: 1) que sejam convocadas assembleias em todas as universidades federais e repartições; 2. que se discuta um plano de mobilização nacional e de reivindicações que expressem as necessidades da categoria, em nível nacional, bem como as reivindicações locais; 3. que se forme um COMITÊ NACIONAL eleito nas assembleias de base, dos três segmentos; 4. seja realizada uma campanha nacional contra as medidas dos governos federal e estaduais, que atentam contra os direitos dos professores, técnico-administrativos e estudantes, e de defesa da Universidade Pública; 5. Que seja construída uma greve nacional das IFEs e demais servidores para derrubar o Funpresp e a Reforma da Previdência. Nesse momento, o ANDES está engajado na campanha nacional pela anulação da Reforma da Previdência em conjunto com outras entidades, promovendo um abaixo assinado e realização de um ato a ser definido para a entrega do abaixo assinado com o mote “Reforma da previdência comprada tem que ser anulada ou É nula a reforma da previdência de Lula”. O problema desta bandeira é que o PSOL e PSTU a vincula ao processo do mensalão, desconhecem o caráter reacionário do STF e coloca em suas mãos o poder de anular a reforma aprovada no Governo Lula. Para o POR, a derrubada da Reforma da Previdência precisa ser encampada pelo método da AÇÃO DIRETA (greve, ocupações, manifestações, passeatas, assembleias massivas), sem qualquer ilusão institucional no Estado e na Justiça burgueses. O POR defende a derrubada da reforma da previdência pela ação direta das massas.

Aquira as Obras Completas de Guillermo Lora. 67 volumes de mais de 500 páginas cada. A experiência histórica de construção do Partido Operário Revolucionário na luta de classes. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Paraíba

Combater a privatização da saúde nas ruas com a bandeira de estatização do sistema privado, sem indenização!

Governo Federal, estados e municípios lançam cada vez mais medidas que aprofundam a privatização da Saúde. Desde fevereiro, o governo anuncia seu propósito de incentivar os planos de saúde, com isenções fiscais, subsídios para a expansão do mercado e linhas de crédito. A justificativa é a de que isto ampliará o número de hospitais e reduzirá o valor pago pelos usuários. É mais uma política antinacional e antipopular, que precariza ainda mais o serviço de saúde, incentivando que seja vendida como mercadoria e adubando o terreno da desnacionalização. A presidente Dilma conspira junto com grandes grupos do mercado dos planos de saúde e elabora uma mistura de PROUNI com PAC para o setor. Reuniu-se no fim de fevereiro com representantes do Bradesco, Qualicorp e Amil, além de cinco ministros e integrantes da equipe econômica.

As medidas do governo ocorrem logo após a venda de 90% da AMIL, que opera a maioria dos planos privados de saúde do Brasil, para a empresa norte-americana United Health. A meta é de atingir 50% dos brasileiros, ou seja, 100 milhões de conveniados. O foco é o público de baixa renda. Nitidamente, Dilma paga suas dívidas de campanha com estes grupos. A Qualicorp, por exemplo, que intermedia planos de saúde, cresce vertiginosamente e financiou tanto a campanha de Dilma como a de Serra e ganhou como recompensa a presidência da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), hoje ocupada por um ex-superintendente da corporação. Percebe-se a entrada do capital estrangeiro no ramo da saúde, setor antes dominado por grupos nacionais.

São infundadas as reclamações dos capitalistas da saúde quanto à alta taxa tributária, de 20%. Dados do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar indicam que os valores pagos pelos serviços e procedimentos realizados cresceram 16,4%, em 2012, o triplo da variação da inflação.

Espalham-se pelos estados e municípios, políticas agressivamente privatistas. Na capital paulista, o prefeito Fernando Haddad (PT) quer incentivar que empresas hospitalares instalem leitos, laboratórios e consultórios em regiões periféricas que são atendidas exclusivamente pelo SUS. A justificativa é que cerca de 60% da população na cidade já paga convênio médico, mas ainda assim usa o SUS. Este quadro soma-se as medidas privatistas ocultas sob o discurso da modernização da gestão: Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDPs), Parcerias Público-Privada (PPPs) e agora a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EB-SERH).

Mais do que um avanço do neoliberalismo

O cenário atual é consequência direta do fracasso do reformismo em garantir o direito democrático à saúde. O movimento da reforma sanitária, surgido na década de 1970 lançou, durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986,

as bases do SUS. Uma das discussões travadas em seu interior foi a reivindicação de imediata estatização do sistema privado de saúde ou estatização progressiva. Venceu a proposta gradualista que comprova que a coexistência do público com o privado condiciona a destruição do público. O SUS já foi lançado como um sistema apenas parcialmente público, que admitia a saúde privada como complementar. O complementar, cada vez mais, porém, torna-se o principal. Hoje 62% dos recursos públicos destinados a procedimentos de alta e média complexidade, são absorvidos por convênios e serviços de rede privada, por meio do SUS. Em vez de se avançar na universalização e estatização, o caminho que se segue é oposto. Os governos buscam tornar o SUS um programa focalizado, apenas para os “carentes” enquanto incentiva a universalização do sistema privado. O número de usuários de planos de saúde passou de 34,5 milhões, em 2000, para 47,8 milhões, em 2011, tornando o Brasil o 2º mercado mundial de seguros privados, perdendo apenas para os Estados Unidos. Da mesma forma, o controle social previsto na reforma sanitária, hoje mostra-se como caricatura, realizado por meio dos Conselhos Municipais e Nacional de Saúde, que favorece o pacto social e a cooptação de lideranças.

O atual movimento da saúde, organizado na Frente Nacional contra a Privatização, ainda que denuncie as medidas privatistas, permanece com o programa reformista e prioriza os métodos judiciais, em uma sucessão de processos, ações diretas de inconstitucionalidade, petições, articulação com Ministérios Públicos e ilusões em parlamentares que abraçariam suas demandas. A bandeira de “Defesa incondicional do SUS público, estatal, universal, de qualidade e sob comando direto do Estado”, junto com a reivindicação de “recursos públicos no setor público” revelam a adaptação a existência do privado, o abandono da luta pela estatização e a ilusão de que o Estado não é de classe e pode controlar o sistema de saúde de acordo com os interesses da maioria oprimida. Trata-se também de um movimento que corresponde às direções corporativas dos trabalhadores, por isto ganha tanto peso a defesa do concurso público e a aceitação da demissão dos terceirizados. Não podemos admitir que este imenso contingente de trabalhadores, que já estão em atividade sejam jogados no olho da rua.

E necessário combater a privatização da saúde com um programa proletário. Defendemos a estatização sem indenização do sistema privado e constituição de um Sistema Único de Saúde público, gratuito e sob o controle dos trabalhadores. Diante da terceirização, defender a efetivação destes trabalhadores sem concurso, garantindo a equiparação de direitos. Mais do que isso, é preciso combater o desemprego com a Escala Móvel das Horas de trabalho. Para isto é fundamental defender a independência de classe e os métodos operários, fazendo deste movimento pela saúde, uma reivindicação tão sentida pelas massas oprimidas, uma ponte para a luta pelo

fim do capitalismo, que não tem mais nada a oferecer aos trabalhadores.

Articulação em Campina Grande contra a privatização dos serviços públicos

Em abril, ocorreram três reuniões de articulação entre sindicatos e partidos para organizar a luta contra a lei aprovada pela Câmara Municipal de Campina Grande. A lei "Gestão Pactuada" (nº084/2013) é um ataque direto contra os explorados em geral, e os servidores público em particular. Os setores de saúde, educação, previdência, trabalho, habitação, entre outros, do município serão repassados às Organizações Sociais (OS's), ou seja, à iniciativa privada e à lógica mercantil. Sabemos que (por nem mesmo precisar perder tempo com licita-

ções maquiadas, pois a contratação das empresas se dará por decreto) os serviços repassados às OS's não são de graça: esses empresários financiam os políticos para que eles defendam os interesses das quadrilhas burguesas junto ao Estado. Essas parcerias público-privadas, além de lucrar com o direito dos trabalhadores, ainda utilizam a estrutura pública para manter seus negócios. Embora o prefeito ainda não tenha sancionado a lei, sabe-se que esta foi elaborada e aprovada sob suas ordens. Não vigora ainda, mas o município já iniciou o ataque aos servidores. No hospital Pedro I, cerca de 200 trabalhadores foram demitidos. E sob o controle dos empresários, o que passará a valer em relação à contratação e demissão será o ordenamento jurídico das OS's e não as já limitadas leis de proteção trabalhistas.

Bahia

Abaixo a EBSEH! Contra a privatização da saúde!

Estatização sem idenização de todo o sistema privado de saúde e constituição de um sistema único de saúde 100% público e gratuito sob o controle dos trabalhadores!

Desde a última greve das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em 2012, cresce nos três segmentos (professores, estudantes e técnicos administrativos) a mobilização contra a adesão dos Hospitais universitários à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH). Porém, o debate esteve restrito à comunidade universitária, deixando de fora os usuários do sistema único de saúde. Agora, é mais do que necessário alertar a população sobre os riscos da privatização da saúde e os ataques ao SUS e à combatida autonomia universitária.

A EBSEH é uma empresa estatal de direito privado, impulsionada ainda no governo Lula através da Medida Provisória 520, em 2010 e reeditada por Dilma, por meio da aprovação da nº 12.555/2011, que além de prestar pífios serviços gratuitos aos usuários do SUS também realizará um conjunto de atividades que têm como objetivo na verdade a obtenção de lucros, transformando as atividades de caráter público em atividades econômicas e lucrativas.

É, portanto, uma forma de privatização, e, embora se alegue que não se trata da venda dos hospitais universitários, esquece-se que o modelo jurídico-institucional e as relações público-privado, estabelecidos pela Lei 12.555/2011, abrem as condições legais para o direcionamento de convênios e parcerias com a esfera privada, resultando claramente na mercantilização da saúde e das funções públicas e financeirização do fundo público para o setor empresarial. Na verdade, objetiva-se a dupla obtenção de recursos através dos repasses do SUS e dos repasses do plano de saúde. A lógica mercantil nos hospitais públicos representa a morte de trabalhadores e trabalhadoras, dos setores mais penalizados da população pobre, as longas esperas nas filas, a falta de atendimento e ausência de um tratamento adequado para aqueles que necessitam do serviço de saúde.

Foi iniciada uma campanha nacional contra a EBSEH assinada por várias centrais sindicais (CUT, CSP- CONLUTAS, CTB), entidades estudantis (UNE e ANEL), bem como por

entidades nacionais (ANDES/SN, SINASEFE, FASUBRA), a Frente Nacional contra a privatização do SUS e outras entidades engajadas na campanha. Dentre as ações da campanha, será realizado um plebiscito sobre a EBSEH, do dia 2 ao dia 19 de abril. O resultado do plebiscito será apresentado ao MEC durante um ato no dia 24 de abril na marcha nacional.

Sabemos que a UFBA aderiu à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH), em sessão realizada no dia 18 de outubro pelo Conselho Universitário sob protesto de estudantes, técnico-administrativos e professores da oposição à direção anterior da APUB. Durante as greves foram realizadas várias atividades conjuntas pelos três setores da UFBA. A questão da EBSEH era o ponto de unidade no Fórum dos três segmentos em greve. Atualmente a UFBA responde a inquérito civil no Ministério Público Federal devido à adesão à EBSEH.

O Partido Operário Revolucionário (POR) alerta professores, estudantes e servidores que a EBSEH é parte de um conjunto de medidas antipopulares do governo federal e denuncia o caráter privatista dessas medidas. Defendemos o método da ação direta (manifestações, greve, bloqueios, ocupações), mostrando as limitações da luta no marco institucional, legal (Plebiscito). Defendemos:

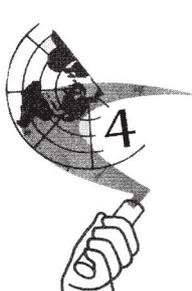
- que sejam convocadas assembleias em todas as universidades federais e repartições;
- que se discuta a mobilização nacional dos três segmentos para derrubar essas medidas;
- que se forme um Comitê Nacional eleito pelas assembleias de base;

Devemos levantar as bandeiras da expropriação do sistema privado de ensino e saúde:

- Contra a mercantilização da saúde e da educação: Abaixo a EBSEH!
- Em defesa do Sistema único de saúde, 100% público e gratuito sob o controle dos trabalhadores

Nesta edição:

- A vitória eleitoral chavista não garante a governabilidade
- Qual a resposta operária diante da crise mineira na Bolívia?
- O objetivo da burocracia estalinista foi aprovar a assinatura da “ata de entendimento traidor”
- Chile: O legalismo burguês e a conciliação de classes levaram as transformações agrárias a um beco sem saída
- Atentado terrorista nos Estados Unidos



Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Venezuela: eleições e crise política**A vitória eleitoral chavista não garante a governabilidade**

Nicolás Maduro, com 50,66% foi eleito presidente. No entanto, Enrique Capriles esteve perto de quebrar a hegemonia chavista, com 49,07%. A pequena diferença (260 mil votos aproximadamente) demonstra a polarização que divide o país entre duas frações burguesas. E que o chavismo cedeu uma importante parcela de sua base eleitoral à direita.

As vantagens iniciais do chavismo, estimadas antes das eleições entre 10 a 20 pontos percentuais, certamente devido a “onda sentimental” com a morte de Chávez, não suportou o desgaste de catorze anos de governo e da mais recente crise econômica que recai sobre as massas. Os recursos estatais e a arregimentação eleitoral do chavismo sobre as massas colocaram um freio momentâneo nas aspirações da oposição pró-imperialista. No entanto, o apoio anterior massivo ao chavismo caiu e este já não encontra meios que impeçam o fortalecimento da oposição direitista.

Apesar de Capriles não ter conseguido derrotar Maduro, converteu-se no eixo político ao redor do qual girarão nos próximos meses os setores que venham a romper com o chavismo. Os chamados de Capriles à “reconciliação” e o respeito aos direitos sociais adquiridos pretendem aumentar seu apoio popular e criar uma base, mais ou menos estável, para quando remover o aparato de Chávez.

Contudo, o chavismo ainda se mantém fortemente enraizado nas camadas mais empobrecidas, submetidas aos subsídios e aos benefícios sociais (migalhas do capitalismo). A oposição pró-imperialista de Capriles ganhou confiança em sua força ao conseguir arrastar a classe média e parcela dos oprimidos que se afasta do chavismo. Não por acaso, o batalhão de frente do caprilismo é o estudantado. Os Estados Unidos trabalham no sentido de acossar os herdeiros de Chávez, enfraquecê-los ainda mais, obrigá-los a conciliar com a oposição e, finalmente, entregar o poder.

A decomposição chavista e o fortalecimento de Capriles são o resultado de um mesmo processo, que tem por base a bancarrota do nacionalismo burguês e o fortalecimento do imperialismo como canal da reação mundial nos países semicoloniais. A reação reunida em torno de Capriles e apoiada pelos Estados Unidos se lançará em uma feroz campanha –interna e

externa – para criar as condições que acelerem a crise do governo e a sua queda.

A campanha da Aliança Democrática e dos Estados Unidos para desconhecer a vitória de Maduro até que não se realize a recontagem dos votos objetivou minar já de início o governo eleito. A gigantesca manifestação convocada por Capriles em Caracas mostrou o quanto a oposição pró-imperialista necessita das massas, particularmente da classe média, para chegar finalmente à derrocada do novo governo.

A profunda divisão no seio da maioria oprimida – uma grande parcela da classe média que está com Capriles é pobre – serve tão somente à burguesia venezuelana que continua a comandar a economia e ao imperialismo que saqueia o país. Essa divisão que obriga o governo chavista a fortalecer o aparato repressivo indica que os explorados, não tendo como se unir sob uma direção revolucionária para pôr fim ao domínio burguês, acabarão pagando com sangue. O caprilismo, assim que ganhar influência sobre os militares, recorrerá a via das armas. A decomposição do chavismo, inevitavelmente, fará com que perca o controle bonapartista das Forças Armadas.

A repressão estatal e os enfrentamentos nas ruas entre as colunas opositoras e as oficialistas deixaram sete mortos, centenas de presos e feridos. As eleições burguesas, que tanto serviram ao chavismo para sustentar a continuidade do capitalismo, desta vez serviram para canalizar uma força política burguesa capaz de derrotá-lo e arrancar o governo de suas mãos. A frente burguesa de Capriles se potenciou com tal força que Maduro já não poderá governar sem se estabelecer um quadro de conciliação, que deixe assentada a possibilidade de nas próximas eleições o chavismo ceder pacificamente a direção do Estado. Mas nada indica que esta seja a maior probabilidade. A crise econômica é profunda e a luta de classes se agravará, podendo precipitar o golpismo contrarrevolucionário.

Não há dúvida de que o chavismo está a caminho de seu total esgotamento. O problema fundamental reside em que as massas se dividiram e constituíram a tropa de choque da disputa interburguesa que, segundo o desenvolvimento dos acontecimentos, definirá o futuro imediato do país. A isso se soma a rápida corrosão das condições de vida da pequena bur-

guesia urbana e seu “desencanto” com o chavismo, que leva a aprofundar sua virada para a direita, fortalecer Capriles e constituir os cimentos do apoio social para a reação levantar a cabeça.

Com o proletariado arregimentado pelo chavismo, a sorte das frações burguesas em disputa depende em grande parte das ilusões democráticas da vacilante pequena burguesia; e de como se canaliza politicamente seu desespero diante da queda de seus salários e das condições de vida.

O fundamental desse conflituoso processo venezuelano está em que a classe operária não constituiu seu partido revolucionário, o que a impede reunir a maioria nacional oprimida em uma frente única anti-imperialista e anticapitalista para su-

Qual a resposta operária diante da crise mineira na Bolívia?

Desde a nacionalização de Huanuni (2006) e a recente nacionalização de Colquiri (2012) um fantasma abate o movimento mineiro estatal: o perigo da quebra destas empresas diante de uma eventual queda dos preços, que obrigue a demissão de milhares de mineiros para evitar os números vermelho na contabilidade destas empresas. A ideia de que são os próprios mineiros os responsáveis pela rentabilidade dos centros mineiros tem apoderado da cabeça dos assalariados, obrigando-os, inclusive, a aceitar cortes em seus salários mensais, pela via do congelamento ou redução do bônus de produção no afã de evitar o déficit no processo produtivo. Hoje em dia, evidenciamos uma situação conflitiva tanto em Huanuni como em Colquiri devido a queda do volume de produção, cada vez se torna mais difícil encontrar novas veias ou as que existem são menos generosas quanto à sua riqueza. E no caso de Colquiri, o entreguista Evo Morales denunciou que o nível de produtividade mineira com o atual número de mineiros é menos do que a produtividade em relação a este centro mineiro quando estava em mãos privadas.

A ideia autogestionária de enfrentar o problema, fazendo crer que é responsabilidade do mineiro o futuro destas minas, é falsa. Esta colocação retira a responsabilidade do governo, cuja política mineira está orientada a entregar os recursos naturais às multinacionais que saqueiam a riqueza da Bolívia, como tampouco avalia a situação do mercado das matérias-primas em nível mundial. Isso pode nos levar a um desenlace nefasto, inclusive o enfrentamento interno entre irmãos de classe, situação catastrófica que devemos evitar a todo custo.

O que vemos obriga-nos a evitar que levantemos a cabeça e tenhamos uma visão panorâmica do problema, tomando consciência da real envergadura da crise mineira na Bolívia. Os negócios mundiais dos minerais, todavia, continua no auge, por isso o interesse do imperialismo e do governo de atrair investimentos privados nesse setor.

Agora, tudo faz crer que por algum tempo mais esta rajada de bons preços se manterá em níveis aceitáveis para a mineração boliviana. Agora, o problema não vem pela via dos preços, mas pela via do aumento da produtividade (se não é assim, como explicamos a situação de bonança de São Cristóvão, São Vicente, Inti Raymi, etc., onde as multinacionais exploram com tecnologia de ponta e, portanto, encontram preparadas

perar e sepultar o nacionalismo decrépito do chavismo e esmagar a direita pró-imperialista. O proletariado está desarmado para enfrentar a crise, paga caro as traições do estalinismo e não conta com um Partido Mundial que possa organizar suas forças continentais para intervir na crise venezuelana e sul americana, empunhando suas bandeiras revolucionárias.

Mais do que nunca, as leis da revolução e da contrarrevolução na época imperialista indicam que a tarefa fundamental do momento é a construção do partido marxista-leninista-trotskista que penetre nas massas e as organize sob a estratégia revolucionária do proletariado, constituindo-se em seção do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional que temos de reconstruir.

Rafael

e blindadas diante de qualquer desmoroamento dos preços internacionais). Deveríamos aproveitar esse bom momento de excedente econômico para parar um poderoso e produtivo setor mineiro nas mãos do Estado e convertido em alavanca do desenvolvimento industrial da economia nacional, enfrentando a condição histórica do país monoprodutor e exportador de matérias-primas.

O verdadeiro responsável pela crise é este governo, porque não tem uma política de desenvolvimento integral da atividade mineira estatal. Sua política de entrega de nossas riquíssimas jazidas à voracidade das multinacionais e aos cooperativistas, por isso aprovou uma Lei de Cooperativas e prepara uma nova lei de mineração, onde a argumentação da lucratividade se centra em entregar nossas riquezas, aumentando os impostos em alguns percentuais e regalias, mas, na essência, entregando a parte do leão a favor dos capitalistas estrangeiros e nacionais. Definitivamente, sua política é entreguista e não desenvolvimentista; se contenta em receber centavos dos capitalistas. Por isso, o governo não quer investir na melhoria de produtividade da mineradora estatal e muito menos nacionalizar todas as mineradoras. Prefere gastar, com objetivos eleitoralistas, 235 milhões de dólares em um teleférico pacenho, que não é imprescindível, do que investir na mineradora estatal em proveito da Bolívia diante de futuras crises dos preços.

Abramos os olhos, a solução não se encontra dentro dos limites de Huanuni e Colquiri, mas passa por nacionalizar toda a mineração em nível nacional, expulsando as multinacionais e revertendo as cooperativas ao Estado. Conquistando isso, não só os 7000 postos de trabalhos estarão assegurados como criaram novas fontes de trabalho permanente, aumentando milhares de trabalhadores mineiros.

Os burocratas da COB e da FSTMB traíram o movimento mineiro, porque em suas negociações nem mencionaram a consigna da nacionalização de toda a mineração como reza a ideia fundamental nos documentos políticos do último congresso cobista e mineiro.

Para enfrentar a crise capitalista: nacionalização total sem indenização de toda a mineração boliviana. Objetivo número um do movimento mineiro estatal e privado.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2.306, Órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolívia**O objetivo da burocracia estalinista foi aprovar a assinatura da “ata de entendimento traidor”**

A Conferência Nacional do magistério urbano foi o muro de lamentos, no entanto acabou aprovando o que as bases consideram uma traição

Segundo os estatutos do setor, uma Conferência Nacional é uma instância sindical onde se reúnem os dirigentes nacionais da Confederação com os executivos de cada federação departamental regional e dois delegados de base democraticamente eleitos. Trata-se de uma instância superior ao Comitê Executivo da Confederação, onde se pode aprovar resoluções importantes como mandato para a direção nacional e definir a conduta que deve seguir o magistério nacional entre um congresso e outro.

Na distante localidade de Bermejo, reuniu-se a Primeira Conferência Nacional, precisamente no momento em que se devia tomar posição a respeito da “Ata de entendimento”, acordada entre o Governo, os dirigentes da COB e os executivos nacionais de todos os setores filiados à organização matriz. O fundamental da ata é que estes últimos aceitam o miserável reajuste de 8% no salário base e 20% no mínimo nacional, sem consultar previamente o critério das bases, adotando uma posição francamente traidora e pró-governamental.

Sobretudo, os delegados de base daquelas federações, onde realmente têm sido eleitos de maneira democrática, refletiu, durante todo o dia, o mal estar que existe nos professores sobre a assinatura do acordo. Assinalou que esses 8% não significam nada e que os assinantes da “ata” não só atuaram sem consulta como também traíram. Durante toda a jornada, assinalou a necessidade de estudar uma nova Lei de Pensões que garantia proventos equivalente a 100% dos salários de um trabalhador da ativa; denunciou que a aplicação da nova malha curricular e da Resolução Ministerial 01/2013, que dispõe que os cursos devem ter entre 35 a 45 alunos, está provocando uma drástica “otimização” dos itens (fusão de cursos, redução de itens nas unidades escolares), que está provocando drásticos cortes de horas no magistério, reduzindo ainda mais seus miseráveis salários; todos têm queixado que o novo Regulamento de Avaliação do Sistema de Educação Regular não só é incompreensível como inaplicável; queixou-se das arbitrariedades das autoridades educacionais em todos os

níveis, desde o central, departamento e de unidades escolares, chegando a exigir severas sanções para aqueles que violentam os direitos dos professores, etc. Toda jornada de 12 de abril, dia da Conferência Nacional”, foi um coro de lamentos, refletindo o estado de indefinição em que se encontram os professores de base de todo o país.

Os dirigentes nacionais se esforçaram para justificar sua conduta abertamente pró-governamental e o argumento central que manejam é que somente basearam no espírito do documento político aprovado no Congresso Nacional, onde se recomenda que se “deve avançar consolidando pouco a pouco as conquistas do setor, por pequenas que sejam”. Argumentaram que não se pode conquistar um aumento maior devido às condições da economia do país e que seria uma aventura simplesmente rechaçar os 8% sem perspectivas claras de conseguir um aumento maior de salários; falaram de que não havia a adequada correlação de forças, porque em nível da COB, os setores, sobretudo os mineiros a quem não interessa o problema salarial, não estavam em condições de enfrentar grandes mobilizações e acabaram propondo uma resolução contraditória e até perversa no que se refere ao problema salarial; a resolução diz: “o reajuste de 8% é miserável e não satisfaz às necessidades dos professores, no entanto, a aceitamos sem renunciar o direito de exigir do governo um salário justo para o setor”. Desse modo, a burocracia sindical da Confederação joga fora a defesa da cesta básica familiar e a relega à condição de simples “aspiração” dos trabalhadores, porque no capitalismo é impossível alcançar esta conquista.

Uma vez mais, a Conferência ratifica que estas instâncias sindicais, ainda que estejam presentes os delegados de base, são facilmente manipuladas pela burocracia que maneja o pessoal dos distritos pequenos e distantes – que por seu número constituem uma maioria – com o pagamento de passagem e ajuda de custo. Somente assim podemos explicar como aqueles que denunciaram todo o dia as atrocidades e o maltrato do governo e de suas autoridades abaixem a cabeça para dar passagem a tão vergonhosa resolução.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2306, Órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Chile: o movimento camponês e a Unidade Popular (UP) – Parte II**O legalismo burguês e a conciliação de classes levaram as transformações agrárias a um beco sem saída**

Lucas Martínez

O interregno revolucionário de fins dos anos 60 até meados de 1973 constitui uma vasta e rica experiência das vias pelas quais a conciliação de classes, a crise de direção revolucionária e a contrarrevolução – interna e externa – se interrelacionaram e complementaram para abortar drasticamente o processo revolucionário chileno. A UP e a contrarrevolução constituíram os dois polos entre os que se desenvolveu a luta camponesa nos 1970 sob sua forma específica democrático-burguesa.

O programa agrário allendista (20 Pontos para uma Reforma Agrária) se baseou em uma série de demandas e reivindicações nacionais e democráticas, que se “entrelaçavam” por toda uma série de

etapas para a construção do socialismo pela via parlamentar e pela legalidade burguesa. Esta “alquimia” etapista pretendia fazer da UP um governo “democrático e pluralista”, “nem socialista nem marxista”, capaz de libertar a nação da opressão imperialista por meio do “curso pacífico da luta de classes”.

Mas a UP encontrou um poderoso obstáculo a suas pretensões reformistas em uma base econômica agrária atrasada. A concentração latifundiária servia à especulação da oligarquia latifundiária voltada a elevar o preço da terra e a sustentar seu monopólio sobre a demanda de produtos agrícolas. A elevação desmedida de seus preços beneficiava os latifundiários que não necessitavam expandir ou

capitalizar sua produção para aumentar seus rendimentos. Situação que contrastava com o atraso técnico, a falta de terras e as dívidas que jogavam o campesinato na miséria e no atraso.

O inquilinagem e o latifúndio bloqueavam o desenvolvimento econômico no campo. Os peões (assalariados) e os inquilinos (consignatários) recebiam parte de seu pagamento em espécie (comida, alojamento, etc.) ou em “regalias” (casa, animais e terra em troca de seu trabalho). O que redundava em uma capitalização agrícola insuficiente e em uma produtividade quase nula. O que impedia assentar as bases de um forte mercado interno baseado nos pequenos e médios produtores agrícolas. As crescentes importações de alimentos provenientes da Argentina aprofundaram este quadro. E tornaram ainda mais pobres as já miseráveis condições de vida e trabalho do camponês e os assalariados agrícolas.

Todos os governos denominados “desenvolvimentistas”, anteriores à UP, haviam deixado intactas as bases econômicas que constituíam a fonte do poder da oligarquia latifundiária. A Reforma Agrária allendista – baseada na reforma da Democracia Cristã (DC) – foi desenhada para “converter” o campesinato em “pequenos empresários” capazes de capitalizar e ampliar a contratação do trabalho assalariado. Desse modo, se previa um aumento na produtividade e na oferta de produtos básicos. Ao mesmo tempo, o proletariado agrícola ampliaria a demanda de produtos industriais e fortaleceria o mercado interno. Então os preços baixariam, a inflação cairia e o déficit fiscal também.

Estas transformações agrárias corresponderiam às transformações democráticas e nacionais realizadas inicialmente (estatização do cobre, de grande parte do sistema bancário e algumas indústrias) e que se impunham para modificar drasticamente as relações do país com o capital monopolista, centralizando o manejo dos recursos naturais, as indústrias fundamentais e a receita por exportações em mãos do Estado. A estatização de recursos e ramos chave da economia nacional permitiria centralizar uma grande parte da renda nacional. Dali viria o dinheiro para pagar as indenizações pelas expropriações dos latifundiários. Outra parte se destinaria ao programa de instalação de empresas que industrializassem e comercializassem a produção agrícola do campesinato. Ao comprar seus excedentes em momentos de crise para evitar sua quebra. A estatização do sistema bancário permitiria concentrar o crédito e financiar os planos técnicos e de infraestrutura para capitalizar o agro. Como se vê, a Reforma constituía um golpe nos interesses do grande capital industrial, financeiro e agrário. Empurrava a UP a uma bateria de medidas antiimperialistas e antimonopolistas.

O governo Allende/UP chegou a expropriar – com indenização – apenas um terço do total de fundos com mais de 80 hectares com água (1.300 propriedades dos 3.800 propostos), criou a partir do Estado o “Conselho Nacional Camponês” (com funcionários designados pelo governo e delegados camponeses eleitos por suas bases), alguns créditos a taxas baixas, elaborou planos de investimento técnico e de infraestrutura mas quase nada avançou, etc. Mas estes poucos passos iniciais se frearam bruscamente. E se interpuseram mecanismos jurídicos e administrativos que atrasavam a entrega da terra expropriada, a criação de empresas e cooperativas de comercialização, bem como reprimiam os setores do campesinato mais radicalizados. As oscilações no parlamento, onde as facções direitistas freavam ou tornavam extremadamente lento o avanço dos projetos, trabalharam no mesmo sentido.

Do outro lado estava a impaciência camponesa e a urgência das transformações agrárias, que levaram as massas rurais a tomar em

suas mãos os “20 Pontos” e começaram um movimento de ocupações. O que criou e potencializou o choque entre parte das bases camponesas e um governo aprisionado nos corredores parlamentares. Choque que não conseguiu se transformar em ruptura orgânica e política destas com o frente-populismo. A UP colocou todo o peso do aparato estatal para desviar o movimento e contê-lo nos marcos da democracia burguesa. Bloqueio que se somou à repressão sobre os setores radicalizados do proletariado, os camponeses e os estudantes.

Este impasse refletiu o instável equilíbrio alcançado entre as massas na luta de classes e o bloqueio interposto ao seu desenvolvimento pelo governo e pela reação que dominava o parlamento, as alavancas econômicas e os aparatos repressivos. Conter o processo de ocupação de terras pelos camponeses e controlá-los centralizadamente a partir do Estado foi, em última instância, uma das medidas que favoreceu os grandes proprietários e que fortaleceu rapidamente as forças contrarrevolucionárias. A reação trabalhou, paciente e silenciosamente, sobre esta contradição. Sua experiência no manejo do poder lhe havia demonstrado que a crise política aberta só se definiria por uma vitória esmagadora de uma classe sobre as outras.

Sua primeira medida foi colocar em ação uma potencial guerra civil dirigida a destruir a economia (especulação, inflação e fuga de capitais) e a socavar o apoio das camadas médias ao governo. A falta de uma direção revolucionária capaz de unificar os explorados da cidade e o campo sob a forma da aliança operária e camponesa, acrescida da tragédia de um governo apoiado nas massas – mas incapaz de mobilizá-las sob um programa de transformações históricas – e uma burguesia cada vez mais segura de si mesma – mas também da impotência de seu oponente pequeno burguês –, farão saltar pelos ares a democracia que a UP tanto respeitou.

A política frente-populista que pretendia erigir-se como “representante dos interesses do conjunto das classes sociais”, e não somente dos interesses do proletariado e o campesinato, socavou as próprias bases em que esta frente se apoiava. O breve governo allendista confrontou no laboratório vivo da luta de classes as teses marxistas acerca do caráter permanente da revolução nos países atrasados contra a política contrarrevolucionária do estalinismo e suas Frentes Populares.

A via frente-populista de um regime de produção agrária que combinasse o latifúndio e a pequena propriedade camponesa, cuja conquista corresponderia ao desenvolvimento gradual de medidas legais dentro do Estado burguês, se mostrou uma utopia inviável e reacionária. As transformações agrárias e a estatização dos recursos econômicos vitais são medidas elementares para cumprir as tarefas democrático-nacionais. Era o proletariado a única classe capaz de superar a impotência nacional-reformista e romper o cerco do legalismo burguês. Sua luta como classe independente, continuando e superando as transformações democráticas iniciadas, levaria o Chile a uma polarização das classes, em que classe operária se elevaria como dirigente das massas oprimidas.

Tomando o poder, a classe operária cumpriria as tarefas democráticas e as combinaria com as socialistas. No entanto, a ausência de um partido marxista-leninista-trotskista enraizado nas massas impediu de transformar a luta operária pelas transformações democráticas em revolução socialista. As tendências insurrecionais camponesas não encontraram uma via para sua transformação revolucionária por meio da aliança operária e camponesa. E foram esmagadas, juntamente com o proletariado, pela ditadura genocida do pinochetismo.

Atentado terrorista nos Estados Unidos

A potência imperialista desperta o ódio

As explosões de duas bombas ao final da maratona de Boston no último dia 15, que mataram três pessoas e feriram 170, foram respondidas pelo governo Obama com uma caçada a dois estudantes russos islâmicos, apresentados como autores do atentado. Toque de recolher, perseguições a tiros nas ruas e um cerco policial cinematográfico foram amplamente noticiados para mostrar empenho das forças policiais em “resolver” o caso.

Os irmãos Tamerlan (26 anos) e Dzhokhar Tsarnaev (19) nasceram no Daguestão e Usbequistão, países vizinhos da Chechênia, e imigraram para os EUA há dez anos. Dzhokhar já tinha obtido nacionalidade americana. Tamerlan foi investigado pelo FBI há três anos e nada havia contra ele até então.

As provas circunstanciais apontadas são de que estavam no local do crime e portavam mochilas, e são estrangeiros muçulmanos. Não há vínculos com organizações políticas muçulmanas. Ainda assim, foram caçados e assassinados pela polícia com “inúmeros tiros”, segundo o médico que atendeu Tamerlan.

Supondo que tenham sido os estudantes os autores das explosões, evidencia-se o ódio que recai sobre os Estados Unidos como potência imperialista e que encabeça as intervenções militares sobre as nacionalidades da região do norte da África, Oriente Médio e Ásia Central. Os milhões de muçulmanos da região sofrem com o intervencionismo político, econômico e militar. A opressão sentida na pele pelos habitantes dessas regiões se torna em ódio contra o opressor imperialista. A revolta das nacionalidades é anti-imperialista, embora na maioria

das vezes seja dirigida e controlada por direções nacionalistas burguesas, incapazes de levar a rebelião nacional adiante. E muitas vezes se manifesta por meio de ataques terroristas individuais, respostas desesperadas ao gigantismo da potência militar ianque. O terrorismo individual não é capaz de fazer frente ao intervencionismo imperialista, que só será derrotado pela ação das massas insurrectas, munidas de um programa, partido e, portanto, da direção proletária. Mas, diante de um conflito entre o imperialismo e o terrorismo individual oriundo de uma nação oprimida, os revolucionários estão do lado do oprimido contra o opressor. Não deixamos de assinalar que o terrorismo individual não enfraquece o imperialismo e não serve à luta das massas exploradas e das nações oprimidas.

O governo Obama convocou o Conselho Nacional de Segurança para debater a explosão de duas panelas de pressão. A conclusão é o apoio ao cerco e prisões, e a necessidade de “ampliar as ações antiterroristas”. Ou seja, a de tomar medidas de maior repressão, ignorando ou contornando os direitos individuais. As promessas eleitorais de Obama de fechar Guantánamo e reestabelecer a legalidade nas prisões já foi varrida pra baixo do tapete durante o primeiro mandato. As necessidades de aumentar a ofensiva intervencionista do imperialismo, empunhadas pelas multinacionais armamentistas e pelo capital financeiro vão conduzindo Obama para assumir o intervencionismo militar, que se anuncia contra Síria, Coreia do Norte e Irã. O proletariado tem de se manifestar massivamente contra o intervencionismo imperialista.

Mais sobre o trabalho no seio da Internacional

Algo sobre as relações do Comitê de Reconstrução da IV Internacional (CORQUI)

Trabalho no seio do CORQUI e Ruptura com esta organização

Quando o SWP norte-americano – rompeu finalmente com o trotskismo e se converteu em castrista – abandonou o Secretariado Internacional (SI) da IV Internacional, o POR boliviano expressou que não estava de acordo com as posições de nenhum dos setores “trotskistas” em disputa e que resguardava sua liberdade como organização nacional.

Mais tarde estabeleceu discussões com a organização lambertista francesa – nesse momento estavam juntos e em polêmica com os hilistas ingleses – com o objetivo de realizar um trabalho internacional unitário. O dirigente dos ingleses interpretou estupidamente esse passo do POR e disse que se tratava de uma manobra de Lambert para deixá-los em minoria, seguramente pensavam que os trotskistas das semicolônias reproduziam no campo revolucionário os traços particulares da existência diária destas.

Aconteceu algo notável. Desde o primeiro momento, colocamos e discutimos dois problemas de importância, pelo menos para a luta revolucionária nos países atrasados: 1) reconhecimento da validade da tática da frente única anti-imperialista aplicada nos países como a Bolívia; 2) já não correspondia propor a unidade com o pablismo – referência ao Secretariado Unificado (SU)

– porque havia deixado de ser trotskista e expressão da política revolucionária do proletariado, por ter-se declarado foquista, castrista, isto é, por ter mudado de conteúdo de classe.

Inicialmente, nos deparamos com a resistência na direção da seção francesa, que disse que nunca tinha colocado o objetivo de se fundir com o Secretariado Unificado e considerava a frente anti-imperialista como uma variante da frente popular estalinista. Nas discussões nunca se tocou no tema de que o estalinismo degenerou a consigna da tática lançada no quarto congresso da Internacional Comunista.

A direção do CORQUI nos deu razão, mas não demoramos em comprovar que o fez demagogicamente. O mínimo que podemos acrescentar é que os fatos demonstraram que não havia compreendido o verdadeiro conteúdo da discussão.

Cresceu nossa desconfiança para com os lambertistas, porque por debaixo do pano continuavam com seu trabalho de convencer o Secretariado Unificado para um trabalho comum. A consequência foi que começamos a olhar com desconfiança a conduta dos lambertistas, pois cresceu o convencimento de que nos enganavam.

Guilherme Lora

Os grupos políticos pequenos, isolados das massas, vão gerando e alimentando uma série de deformações odiosas em sua conduta diária, organizativa. Não tarda em revelar-se a inclinação dos metropolitanos de controlar as seções nacionais burocraticamente e – pior ainda – se empenham em impor a partir de cima uma ditadura vertical, utilizando para isso seu dinheiro, relegando o problema das ideias e do programa.

A cada dia nos surpreendíamos com a infinidade de imposturas nesse plano. Os franceses enviaram para a América Latina seus homens de confiança e os converteram nos amos das seções, atuavam como burocratas impostores.

Um exemplo ilustrativo. Em uma oportunidade, concordamos com Altamira de viajar para Lima para assistir um encontro do POMR e discutir nossos problemas e os dessa organização. Por instruções de Paris, nossos camaradas de luta não nos deixaram entrar nessa reunião, como se fôssemos policiais ou estalinistas. Isso está de acordo com uma conduta trotskista?

Tudo levava a crer que os lambertistas queriam construir seu próprio império no continente. Começaram a hostilizar os argentinos e chilenos, seguramente porque partiam do pressuposto de que trabalhavam disciplinadamente sob a liderança do POR boliviano. Colocamo-nos diante dos lambertistas defendendo o direito à crítica, à luta fracional e ao centralismo democrático.

Pareceu-nos que iam preparando cuidadosamente a expulsão dos seguidores de Altamira e, em seguida, dos chilenos. Quando chegou o momento da execução do plano dos lambertistas e nem bem foram expulsos os argentinos, o POR apresentou por escrito sua ruptura com a organização que já não tinha nada de trotskista e que usava métodos piores que os dos estalinistas.

Os métodos empregados pelos Lambertistas

Foi muita ingenuidade nossa acreditar que os lambertistas deviam respeitar nossas divergências e críticas e também nosso direito de resguardar nossa independência como Partido.

Dois documentos sobre a perseguição lambertista ao POR da Bolívia

Um camarada da Espanha nos enviou as cartas que transcrevemos abaixo e ao fazer disse: “Anexo uma curiosidade, são cartas de ruptura com os lambertistas”. Esses escritos trazem em suas entranhas muitas coisas e uma delas se refere a algo muito estranho, perseguir aqueles que escutam a palestra daquele que se separa do CORQUI.

O POR/Bolívia não esconde que é uma organização que se rebelou contra a ordem social existente, o Estado burguês, sua Constituição, seu ordenamento jurídico, etc., por isso leva a sério a organização e as práticas clandestinas. Isso permitirá compreender porque seus estatutos tratam com tanta severidade – a muitos pode lhes parecer uma atitude por demais cega – os casos de delação e apropriação indevida de dinheiro partidário. Em oposição, há um tratamento tolerante – e bastante generoso – quando se trata de divergências ideológico-políticas; reconhece-se o direito de formar frações, de combater a direção, etc.

Somente as expulsões por crimes de delação e de roubo de dinheiro do Partido são castigados com a expulsão desonrosa e sem direito a apelação de nenhuma forma. Nesse plano, a dureza e até brutalidade cega imperam e tudo isso nos pare-

Estávamos atuando em torno da defesa das ideias revolucionárias e de práticas organizativas inspiradas no bolchevismo.

Nem bem abandonamos o CORQUI, acusando-o de que seus métodos de trabalho diário eram piores que os dos estalinistas, vieram uma série de represálias. Sumiram com uma boa quantidade de material de propaganda que tínhamos no depósito em local parisiense (não se pode esquecer que estávamos na clandestinidade e suportando uma violenta perseguição do militarismo). Imediatamente, denunciámos – publicamente e com nossa assinatura – que os lambertistas vinham utilizando métodos de perseguição piores do que os dos estalinistas. Parece que isto não chamou a atenção no campo da esquerda e do trotskismo, o que é muito sugestivo.

Quando rompemos com o Secretariado Internacional, permanecemos isolados por longo tempo; no caso era a resposta rudimentar ao gradual descobrimento dos métodos que empregaram os pablistas para nos combater em nosso próprio país. (Nas Obras Completas constam alguns documentos a esse respeito).

Novamente, nos vimos obrigados a assinalar que o caráter insular da Bolívia – além de seu atraso secular – tem influência negativa no funcionamento partidário. É preciso considerar o isolamento com referência às novidades que se produzem no mundo em matéria ideológica, de discussões e da própria história das organizações revolucionárias.

Quando estivemos no CORQUI, vinculamos com os lambertistas franceses e com os trotskistas da Argentina e Chile e, em menor grau, com os peruanos. O exílio nos levou a conhecer os venezuelanos.

Algumas vezes passamos pela Espanha, quase sempre perseguidos e sob vigilância severa da polícia internacional, mas não conhecemos a organização trotskista desse país.

Por outro lado, o que se produz e as novidades do POR demoraram muito para ultrapassar a Cordilheira dos Andes e às vezes raramente as ultrapassavam.

cem bem.

O que acima deixamos assentado nos ajuda a explicar as razões pelas quais o que fizemos não teve eco em outras agrupações trotskistas e que se reivindicam do marxismo-leninismo. Permanecíamos isolados, fechados em meio às montanhas que cercam o nosso trabalho revolucionário, obstinado e incansável.

Às vezes algum peregrino ousado chegava até o Altiplano para conhecer essa rara espécie de trotskistas que sempre estavam em pé e que pareciam provocar a polícia para que os perseguissem, prendessem, exilassem e até assassinassem. Como se compreenderá, e isso era um acontecimento excepcional que quase nunca ocorre.

Na atualidade, os bolivianos batalham de braços abertos no seio do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional, procurando que se converta no partido bolchevique mundial. Nossa obsessão é a de pôr em pé o partido bolchevique de revolucionários profissionais. Estamos seguros que a tarefa titânica que nos espera somente poderá ser cumprida por uma organização desse tipo.

(Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, tomo LXIV- 1996-1997, Ediciones Masas)